



**unioeste**  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

**CENTRO DE COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E ARTE**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LETRAS – NÍVEL DE**  
**MESTRADO E DOUTORADO**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

JONATHAN CHASKO DA SILVA

**“UM DOS HOMENS SERIA TRAVESTI”:** ANÁLISE DO DISCURSO  
**JORNALÍSTICO SOBRE AS TRAVESTIS EM CASCAVEL -PR**

CASCAVEL – PR  
2017

JONATHAN CHASKO DA SILVA

**“UM DOS HOMENS SERIA TRAVESTI”: ANÁLISE DO DISCURSO  
JORNALÍSTICO SOBRE AS TRAVESTIS EM CASCAVEL -PR**

Dissertação apresentada à  
Universidade Estadual do Oeste do  
Paraná – UNIOESTE – para  
obtenção do título de Mestre em  
Letras, junto ao Programa de Pós-  
Graduação Stricto Sensu em Letras,  
nível de Mestrado e Doutorado - área  
de concentração Linguagem e  
Sociedade.

Linha de Pesquisa: Estudos da  
Linguagem: Descrição dos  
fenômenos linguísticos, culturais,  
discursivos e de diversidade

Orientador: Alexandre Sebastião  
Ferrari Soares

CASCAVEL – PR

2017

JONATHAN CHASKO DA SILVA

**“UM DOS HOMENS SERIA TRAVESTI”: ANÁLISE DO DISCURSO  
JORNALÍSTICO SOBRE AS TRAVESTIS EM CASCAVEL -PR**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras – Nível de Mestrado e Doutorado, área de Concentração em Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)  
Orientador

---

Profa. Dra. Bethania Sampaio Corrêa Mariani  
Universidade Federal Fluminense (UFF)  
Membro efetivo (convidado)

---

Profa. Dra. Dantielli Assumpção Garcia  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)  
Membro efetivo (da instituição)

---

Profa. Dra. Maria Cleci Venturini  
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)  
Membro efetivo (convidado)

---

Prof. Dr. João Carlos Cattelan  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)  
Membro efetivo (da instituição)

Primeiramente, FORA TEMER!  
Dedico esse trabalho a  
Rosane Terezinha Chasko da Silva,  
a pisciana que nunca desistiu de mim.

## AGRADECIMENTOS

Não há formas de começar os agradecimentos deste trabalho sem agradecer a minha mãe, Rosane Terezinha Chasko da Silva. A primeira das mães que tive pela vida. A mulher que suportou, suporta e há de suportar muitas coisas nessa vida, muitas delas por minha causa. Se não fosse por ela, não estaria chegando à conclusão deste trabalho, do qual cogitei desistir tantas vezes entre lágrimas e desespero, daquele de tristeza em empatia com os sujeitos dessa pesquisa. Concluo em agradecimento a todo esforço dela, sabendo que, por pior que seja a tempestade, por mais atordoante que sejam os trovões e gelada seja a chuva, o sol logo vai brilhar e hamos de brilhar com ele.

Às minhas demais mães, minha avó, Lurdes, minhas tias Lucineia e Luciana, que ajudaram de tantas formas nesses últimos meses. Aos colegas de turma, Alcemar, Fernanda, Caroline, Alexandra, Patricia, Jaciele, Juliane e Maria Roseli. Aos antigos colegas da Poeira Poética, Anthoni, Regina, Pamela e Dani.

Ao meu querido orientador, que teve a paciência de me mostrar os muitos caminhos possíveis nessa pesquisa. Obrigado por não permitir que eu me limitasse aos caminhos originais que me propus e encontrasse muitas outras possibilidades com o corpus que selecionei. Agradeço, também, às professoras Bethania Sampaio Corrêa Mariani e Dantielli Assumpção Garcia por aceitarem o convite de participar da leitura e contribuições dessa pesquisa. À CAPES pela bolsa de estudo, sem a qual não seria possível muitas leituras, viagens e conhecimentos.

Ao Bibs Team, ao Fernando por ter me dado essa oportunidade que um dia resultaria na expressão da parte mais sutil e feliz de mim, a Sofia. Agradeço a todos os demais membros dessa família por entenderem meus estouros, por aprenderem a me ensinar como por para fora toda a confusão em mim, o que me ajudou a guiar essa pesquisa, em especial à Ju, Marco e Pam. Às Panteras, André e Evair, que acompanharam dias de cansaço e desânimo e me motivar a seguir em frente.

À Sofia Ariel, minha drag, que me permitiu externalizar partes de mim que as imposições de gênero de nossa sociedade nunca me permitiram. Por poder experimentar outras versões de mim, outras falas, outras perspectivas, por conseguir encontrar a felicidade em outras atuações que não a sala de aula e,

mais que isso, por me proporcionar uma das experiências mais divertidas e militantes da minha vida: participar de um programa da Rede Globo devido a uma aula de português dada montado de Sofia. A quem a Sofia lhe parece apenas um personagem, lhes asseguro, é mais que isso. À Ju e à Drika, sem as quais essa participação nunca seria possível.

Ao meu namorado, Willian Lima Canedo, por me acompanhar nos caminhos que essa pesquisa tomou, desde a separação do corpus, de compreensão teórica até a revisão do texto final. Mais que isso, por escolher dividir comigo planos que na materialidade da vida nunca haveriam de dar certo, que nunca haveriam de funcionar. Mas nós fizemos acontecer, nós nos fizemos acontecer, num exercício contínuo de nos desprendermos das amarras de relacionamentos que a sociedade se esforça em manter e mirar num horizonte de liberdade, serenidade e amor. Obrigado pela companhia afetiva e intelectual.

Às Sereias Selvagens, às arianas, Oda e Will, por energizarem nossas vidas dando estímulo para as coisas acontecerem; à geminiana, Carol, e sua diplomacia e palavras bem pensadas que produzem mais efeitos de sentido do que ela mesma possa imaginar; às leoninas, Marina e Rafa, por nos mostrarem caminhos de brilho e autoproteção; à virginiana, Liz, com seus *detalhismos* e gestos muito bem estruturados e rotineiros; às escorpianas, Madeusa e Gabi, com sua serenidade e capacidade de esperar o momento certo de rever aquilo que deve ser revisto; à minha amiga aquariana, Jade, por dividir as loucuras de sentir que não pertencemos a esse lugar; e às piscianas, Wuesley e Conrado, por sua *fofura* e *sonsice* que aliviam os dias e os pesos da vida. Agradecimento especial ao Conrado, sem ele não teria chegado onde cheguei, literalmente, um trabalho, uma rodoviária. Um agradecimento cheio de ternura e doçura à Marina e Jade pela ajuda na coleta de dados para essa pesquisa e de informações do mundo real que eu não tinha acesso.

À Lidiane, com seu cuidado e disposição pisciana. À Rosangela por seu sorriso sagitariano. Aos amigos de longe que ajudaram no decorrer dessa pesquisa, com incentivos afetivos e teóricos, em especial ao Glauber Rezende, pelo apoio em vários momentos de exaustão, ao Lucas Montagnini, em compreensões jurídicas e legais e ao Jefferson Campos, pela atenção em ajudar no uso de termos e denominações em AD. Aos novos amigos de Goiânia, Marcos, Giulia, Yuri, Thais e Lulu.

Um beijo pra quem é DJ, Um beijo pra quem é MC  
Um beijo pra quem é do bem, Um beijo pras travestis  
Um beijo pra quem tá solteira, Um beijo pra quem é fifi  
Um beijão pras maloqueira, Um beijo pras travestis  
Um beijo pra quem é de longe, Um beijo pra quem é daqui  
Um beijão para o meu bonde, Um beijo pras travestis  
(Um beijo – MC Xuxu)

SILVA, Jonathan Chasko da. **“Um dos Homens Seria Travesti”**: Análise do Discurso Jornalístico sobre as Travestis em Cascavel – PR. 2017. 90f. Dissertação. Mestrado em Letras – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Cascavel. PR.

## RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa acerca do funcionamento do discurso jornalístico do portal de informação virtual Central Gazeta de Notícias (CGN) sobre as travestis em Cascavel, no Paraná. O corpus da pesquisa é referente a notícias publicadas no período compreendido entre de 2012 a 2016. O marco de partida foi o lançamento da Resolução SESA 188 de 10 de março de 2010, que prevê a inclusão do nome social de pessoas transexuais e travestis em documentos administrativos no estado do Paraná. O que nos motivou foi a preocupação dos efeitos de sentido produzidos pela CGN. Neste sentido, o objetivo principal foi de analisar as formações discursivas, as formações ideológicas e as formações imaginárias sobre as travestis no discurso da CGN. Para essa pesquisa, foram mobilizados os pressupostos teóricos da Análise do Discurso de orientação francesa, com base em Pêcheux. Os sentidos analisados relegam a travesti a uma posição de marginal e marginalizada, próxima da criminalidade e com sua identidade nem sempre respeitada e/ou compreendida pelo portal de informação. Ainda nesta pesquisa analisamos a forma como a CGN traz, em seu discurso, o nome social das travestis.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise do Discurso, Travestis, Travestilidade.

SILVA, Jonathan Chasko da. **“One of the Men Would Be Transvestite”:  
Analysis of the Journalistic Discourse about Transvestites in Cascavel -  
PR.** 2017. 90f. Dissertação. Mestrado em Letras – Universidade Estadual do  
Oeste do Paraná – Cascavel. PR.

### **ABSTRACT**

This work is the result of a research about the functioning of the journalistic discourse of the virtual information portal Central Gazeta de Notícias (CGN) on transvestites in Cascavel, Paraná. The corpus of the research is related to news published in the period between 2012 to 2016. The starting point was the launch of Resolution SESA 188 of March 10, 2010, which provides the inclusion of the social name of transsexual and transvestite people in administrative documents in the state of Paraná. What motivated us was the concern of the effects of meaning produced by CGN. In this sense, the main objective was to analyze discursive formations, ideological formations and imaginary formations on transvestites in CGN discourse. For this research, were mobilized the theoretical assumptions of the Discourse Analysis of French orientation, based on Pêcheux. The analyzed meanings relegate the transvestite to a marginal and marginalized position, close to criminality and with its identity not always respected and/or understood by the information portal. Also in this research, we analyze how CGN brings in its discourse the social name of transvestites.

**KEY WORDS:** Discourse Analysis, Transvestites, Transvestility.

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>A GENTE SENTE, NÉ, NICÓLE?.....</b>	<b>11</b>
<b>2.</b>	<b>UMA TEORIA BEM <i>I LIKE YOU</i>, BEM <i>LET'S GO</i>.....</b>	<b>15</b>
2.1.	O DISCURSO.....	18
2.2.	OS ESQUECIMENTOS E AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO.....	20
2.3.	O ANALISTA DO DISCURSO.....	24
2.4.	O SUJEITO.....	26
2.5.	FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS.....	31
2.6.	SEQUÊNCIA DISCURSIVA, FORMAÇÃO DISCURSIVA E FORMAÇÃO IDEOLÓGICA .....	41
<b>3.</b>	<b>SOU TRAVESTI, TENHO PRÓTESE, TENHO SILICONE, SOU UM TRAVECO, NÃO SOU UM VIADINHO.....</b>	<b>45</b>
3.1.	GÊNERO.....	47
3.2.	TRANSEXUALIDADE.....	51
3.3.	TRAVESTIS.....	56
<b>4.</b>	<b>TRAVESTI NÃO É BAGUNÇA!.....</b>	<b>59</b>
4.1	NESSE VERÃO, EU DECIDI FAZER ALGO DE DIFERENTE.....	59
4.2	QUADRO DE DENOMINAÇÕES.....	77
<b>5.</b>	<b>EXATAMENTCHY.....</b>	<b>79</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>83</b>

## 1. A GENTE SENTE, NÉ, NICÓLE?

A construção deste trabalho será dada a partir das concepções da Análise de Discurso (doravante AD) propostas por Michel Pêcheux, na França, na década de 1960, e de suas ressignificações no Brasil, construídas por Eni Orlandi, a partir dos anos 1970.

Essa teoria nos permitirá compreender quais Formações Ideológicas (FI) e Discursivas (FD) o portal de informação *Central Gazeta de Notícias* (doravante CGN) se inscreve, por meio da análise de vinte e seis notícias referentes às travestis em Cascavel – PR, publicadas no portal desde o ano de 2012 até o ano de 2016.

Entendemos que as FDs e FIs são elementos constitutivos do Discurso (ORLANDI, 2005), e, com isso, pretendemos também observar qual é a formação imaginária que a CGN faz de si, ou seja, do seu veículo de informação, e qual imaginário deste sobre as travestis, para que possamos compreender as formas como as travestis são discursivizadas nas notícias reproduzidas pela CGN.

Pretendemos aqui propor um estudo sobre as noções teóricas da AD, observando de que forma os enunciados acerca das travestis e transexuais são reproduzidos pelo meio jornalístico CGN na região oeste do Paraná. Pretendemos, também, analisar de que modo os enunciados que produzem (efeitos de) sentido se instauram e se naturalizam para significar esses sujeitos. Para tanto, propomos um recorte de notícias, no período de 2012 a 2016, que abordem de alguma forma as Transexuais e Travestis<sup>1</sup>.

O período selecionado é referente à publicação da Resolução SESA 188 - 08 de Março de 2010 que prevê a inclusão e uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros relativos a serviços públicos prestados no âmbito da Administração Direta e Indireta, conforme especifica. Neste sentido, buscamos informações do portal de informação da cidade, que tem sua primeira notícia acerca da temática selecionada em 2012.

---

<sup>1</sup> Escolhemos as duas denominações tendo em vista que a linha teórica dos estudos de gênero em que nos apoiamos aponta uma diferença no que se refere às questões gênero envolvidas na temática das pessoas trans, sabendo, a partir do viés da AD, que diferentes efeitos de sentido emergem no discurso quando uma denominação (transexuais) ou outra (travestis) é mobilizada nesse discurso.

Artigo 1º Os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, nos serviços de saúde, **devem incluir e usar o nome social das pessoas travestis e transexuais em todos os registros relativos aos serviços públicos sob sua responsabilidade**, como fichas de cadastro, formulários, prontuários e outros documentos congêneres.

§ 1º Entende-se por **nome social** aquele pelo qual **travestis e transexuais se reconhecem**, bem como são **identificados** por **sua comunidade** e em seu **meio social**.

§ 2º A anotação do nome social das pessoas travestis e transexuais **deverá ser colocada por escrito, entre parênteses**, antes do respectivo nome civil. (PARANÁ, 2010, p. 39 – grifos nossos)

Compreendemos que o lançamento da Resolução SESA 188 constitui um acontecimento, uma vez que rompe e perturba a memória do contexto no qual se insere (Pêcheux, 2015). O que nos interessa investigar é o que isso significa em relação às travestis, no que concerne aos direitos civis e sociais das mesmas. Nos interessa saber de que forma esse acontecimento discursivo rompe com a memória discursiva sobre como o sujeito travesti passa a ser percebido frente a como era percebido antes da resolução.

Uma vez que a resolução é, conforme aponta Moreira (2011), um ato normativo, ela é considerada um ato de regulamentação de segundo grau, diferente dos decretos de lei, que são atos de regulamentação de primeiro grau. Uma resolução, apesar de não possuir o mesmo caráter de aplicação de um decreto de lei, pode assumir a força do segundo conforme a necessidade do poder legislativo.

Embora, em regra, o Poder Regulamentar, expresso por atos de regulamentação de primeiro grau, seja formalizado por meio de decretos, **existem situações especiais em que a lei indicará, para sua regulamentação, ato de formalização diversa**, embora idêntico seja seu conteúdo normativo e complementar. Ex.: resoluções do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público. (MOREIRA, 2011, s.p. – grifos nossos)

A Resolução é um meio utilizado para que se decida sobre algo, uma questão, sendo que não necessariamente a resolução está sujeita ao controle de constitucionalidade. A resolução é a forma de normatizar a própria lei, é o meio pelo qual são definidos os processos para determinado fim. Já a Lei, em si,

é a espécie normativa criada pelo legislativo, sujeita ao controle de constitucionalidade e de aplicação geral (MORELI, 2009) e (POSSETI, 2013).

O que pretendemos é responder alguns questionamentos, tais como: quais são as Formações Discursivas, isto é, modos de dizer, mobilizadas nas notícias do portal de informação? E quais Formações Ideológicas, os modos de pensar, são materializadas no Discurso, partindo da Resolução SESA 188 - 08 de Março de 2010, para poder responder como as travestis e transexuais são representadas.

A presente pesquisa se soma às discussões no campo dos Estudos da Linguagem, colocando em pauta a reflexão e a análise das formações discursivas e ideológicas que emergem dos discursos da CGN, em circulação na esfera jornalística, acerca das travestis e transexuais.

Cabe destacar que a relevância da pesquisa que aqui propomos reside não somente nos estudos em Análise do Discurso de linha francesa, como também visa contribuir com estudos sobre a sexualidade, no que se refere à teoria de gênero, na medida em que, por meio da articulação de processos linguísticos e discursivos, permite o aprofundamento de reflexões em torno de aspectos sociais, ideológicos e históricos da linguagem, e, assim, pensar na transexualidade.

Pretendemos refletir sobre o lugar que a sexualidade e a identidade de gênero ocupam nos dizeres de veículos de acesso rápido à informação, uma vez que entendemos que este meio de comunicação é um influente formador de opinião. Além disso, o lugar que a sexualidade ocupa, ou o imaginário acerca da sexualidade, muito provavelmente interfere na forma como os sujeitos são significados.

Este texto está organizado em três seções. Todas as seções trazem em seus títulos jargões e *memes* famosos na internet de travestis, no objetivo de dar visibilidade aos sujeitos que nossa pesquisa aborda. A seção de introdução reflete o nosso incômodo e de onde partimos para iniciar essa pesquisa, valendo-se do *meme* da Nicóle, que sofreu um acidente e bateu a cabeça<sup>2</sup>, a gente, que se propõe a analisar os discursos da sociedade, sente, né, Nicóle?

---

<sup>2</sup> “Acidente na Avenida Filadélfia envolvendo uma motocicleta e um táxi parado” Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bZW9Jra8t8I>> acesso em 01 de out. de 2016.

A seção de fundamentação teórica, contando com as categorias de análise e dispositivos teóricos da Análise do Discurso de orientação francesa, leva o título de **Uma teoria bem / like you, bem let's go**, jargão conhecido<sup>3</sup> na internet da travesti, famosa nas redes sociais, em especial o Youtube, Dany Barony. A terceira seção, em que daremos conta de discutir algumas questões relacionadas aos estudos de gênero, à transexualidade e travestilidade, tomamos emprestado o discurso da travesti Patrícia com o título **Sou travesti, tenho prótese, tenho silicone, sou um traveco, não sou um viadinho**<sup>4</sup>.

A seção em que propomos a análise das sequências discursivas retiradas de notícias da *CGN* tem como título a frase: **Travesti não é bagunça**, frase dita por uma travesti que é enganada por um possível cliente<sup>5</sup> e que foi exibida pela Rede Globo, no programa Profissão Repórter<sup>6</sup>. Dentro dessa seção damos conta de explicitar nosso dispositivo analítico na subseção **Nesse verão, eu decidi fazer algo de diferente**, utilizando parte de um vídeo de Luísa Marilac<sup>7</sup>, travesti que ficou famosa na internet por esse mesmo vídeo e que hoje é uma imagem representativa dentro do movimento trans no Brasil.

Nossas considerações finais levam o título de **Exatamentchy**<sup>8</sup>, discurso de uma travesti de Maringá-PR que ganhou fama na internet e que cremos caber para afunilar nossas considerações sobre essa pesquisa e sobre o discurso da *CGN* acerca as travestis em Cascavel.

É válido lembrar que os resultados a serem analisados por essa pesquisa são voltados aos meios de comunicação da própria região, isto é, pensando nestes discursos na região do oeste do Paraná, a fim de entendermos como os sentidos são produzidos.

<sup>3</sup> “Dani travesti está de volta. Let's go!!!!!!” Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=KgyuZPI2M5g>> acesso em 01 de out. de 2016.

<sup>4</sup> “Patrícia Penosa - A Travesti Italiana” Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D7YJgTq4zA4>> acesso em 01 de out. de 2016.

<sup>5</sup> “Travesti é Bagunça? - Profissão Reporter” Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=RaE\\_QbEQZUM](https://www.youtube.com/watch?v=RaE_QbEQZUM)> acesso em 01 de out. de 2016.

<sup>6</sup> Programa exibido pela Rede Globo no dia 25 de maio de 2010.

<sup>7</sup> “Luisa Marilac - Bons Drinks” Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=jXQWpkF2IOo>> acesso em 01. de out. de 2016.

<sup>8</sup> “Travesti e abusado e deixado na mão” Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=VKKas8s16TA>> acesso em 01 de out. de 2016.

## 2. UMA TEORIA BEM / LIKE YOU, BEM LET'S GO

A AD é, como afirma Pêcheux (2014), uma teoria resultante do trabalho de diferentes pensadores de diferentes áreas do conhecimento que tinham como objetivo pôr o discurso em foco. Assim, a AD tem como objeto de estudo o próprio discurso compreendido como: o efeito de sentidos entre interlocutores.

**A análise do discurso na França é antes de tudo – e isto desde 1965 mais ou menos – um trabalho de linguistas** (referindo-se inicialmente ao distribucionalismo harrissiano, na linha dos trabalhos de J. Dubois), mas também de **historiadores** (mais frequentemente especialistas do século XVIII e da Revolução Francesa) e de **alguns psicólogos** (especialistas de psicologia social, em ruptura crítica com essa disciplina) (PÊCHEUX, 2014a, p. 283 – grifos nossos)

Com o auge do estruturalismo na França, a Análise do Discurso proposta por Pêcheux se importava com o sujeito, uma concepção desconsiderada pelos estruturalistas, uma vez que esse era um elemento a ser excluído de sua teoria, conforme afirma Ferreira (2005). O sujeito era o lugar de desordem e descontinuidade em que a padronização defendida pelo estruturalismo era posta em cheque, pois o que importava ali era "normalizar o sujeito, já que era visto como o elemento suscetível de perturbar a análise do objeto científico, que deveria corresponder a uma língua objetivada, padronizada" (FERREIRA, 2005, p. 40).

A AD surge da necessidade, sentida principalmente por Pêcheux, de articulação da linguística às demais áreas do conhecimento das ciências humanas. Neste sentido, Michel Pêcheux propõe a articulação do linguístico ao sócio-histórico, apresentando como uma teoria que surge a partir da aproximação, e muitos deslocamentos, do Marxismo, da Linguística e da Psicanálise.

A AD caracteriza-se, como se vê, desde o seu início, por **um viés de ruptura** a toda uma conjuntura política e epistemológica e pela necessidade de **articulação a outras áreas das ciências humanas, especialmente a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise** (FERREIRA, 2005, p. 41 – grifos nossos)

A língua, objeto de estudo da linguística, possibilita que os discursos

sejam manifestados e é por eles diretamente afetada. Nesse processo de via dupla são oportunizados os efeitos de sentido. Desse modo, a AD se preocupa em entender como os discursos produzem efeitos de sentido. Dito de outra forma, o que a AD busca são *os efeitos de sentido* e não o sentido de um texto, ou seja, o que aquilo que é dito em determinado contexto *pode* significar. Para encontrar os efeitos de sentido comumente perguntamos: Como este discurso significa? O que ele diz que outros discursos também dizem? O que deste discurso já foi dito em outros discursos? O que outros discursos, ditos de outras formas, não dizem? Ou mesmo, o que esse discurso não diz?

A análise de discurso não pretende se instituir em especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos, mas somente **construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito** (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito do interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que aí emerge, como discurso outro, discurso de um outro ou discurso do Outro) (PÊCHEUX, 2014a, p. 291 – grifos nossos)

Entendemos que o sentido não se encontra nas palavras ou expressões, pois o sentido é definido pelas posições ideológicas, por meio das FDs postas no processo discursivo em que essas palavras e expressões são utilizadas, e que os sujeitos devem ser levados em consideração, assim como o contexto de produção e de análise do próprio analista.

Para a AD, a linguagem é constituída do simbólico. Trabalhar com o simbólico é trabalhar com aquilo que a língua significa para uma determinada FD. Se a linguagem fosse transparente, todo significante teria o mesmo significado, mas como dado significante possui um diferente significado, seja pelo histórico, ideológico, social, a linguagem é simbólica (PÊCHEUX, 2014a).

Quando Pêcheux afirma que a linguagem é simbólica, é importante que entendamos o que autor compreendia por simbólico baseado nas reflexões de Lacan, assim como as sua concepção de sujeito.

Salvo se contornarmos deliberadamente a existência do inconsciente, é hoje insustentável reduzir o simbólico a um pressuposto genético da lógica e da linguagem. Ele entra em uma relação específica com o real e o imaginário, determinando a subjetividade como efeito da interpelação de que **o sujeito é o lugar, pelo viés da identificação** (GADET ET. AL., 2014, p. 64 – grifos nossos)

É no discurso que se marca esse espaço da linguagem, sendo efeito do simbólico. Quando nos dispomos a tratar do discurso, devemos estar dispostos a analisar a articulação que a ideologia estabelece com o discurso.

## 2.1 O DISCURSO

O discurso supõe uma transgressão à organização gramatical, pois ele estrutura essa organização de outra forma, de outro modo. Um discurso pode ser construído tanto por uma única frase quanto por várias delas. Dessa forma, o discurso rompe com qualquer noção de gramática estrutural como algo quadrado, aparado, perfeito, pronto.

Para Pêcheux (2014b), o discurso é uma dimensão para além dos limites linguísticos. O discurso é uma estrutura superior por meio da qual podemos observar outras estruturas que vão para além do sintático:

Chamaremos discurso **uma sequência linguística de dimensão variável, geralmente superior à frase**, referida às condições que determinam a produção dessa sequência em relação a outros discursos, sendo essas condições propriedades ligadas ao lugar daquele que fala àquele que o discurso visa, isto é, àquele a quem se dirige formal ou informalmente, e ao que é visado através do discurso (PÊCHEUX, 2014b, p. 214 – grifos nossos)

O discurso é, conforme Pêcheux (2014b), um deslocamento entre a dicotomia saussuriana de língua e fala. O discurso não é um sistema fechado, pelo contrário, o discurso não possui um limite dado e não se limita a mera transmissão de informações, o discurso diz mais do que o sintático dá conta.

SD(01): Três travestis entraram em contato com a equipe da CGN [...] segundo as três, elas foram barradas ao entrar na casa noturna. Elas ficaram sabendo que na sexta-feira (08), **teve uma briga entre uma transexual e uma menina** (CGN, Travestis são barradas para entrar em casa noturna, 2013 – grifos nossos)

O Discurso se relaciona com a história, com o sujeito, com as condições de produção e por esse motivo extrapola a estrutura, ou seja, não é linear. O discurso pode ser reformulado e reapresentado de formas diferentes extrapolando, como já dito, a noção gramatical de frase e constituindo-se de mais de um período, como nas SD(01) e SD(02), em que o discurso sobre as travestis as representa como marginais, motivo pelo qual elas são barradas pela casa noturna na SD(01). Na SD(02), esse discurso de marginais é evidenciado e retomado:

SD(02): Uma mulher de 34 anos foi agredida na madrugada de hoje (27), [...] testemunhas relataram que **ela havia se envolvido em uma briga com um travesti**, mas ninguém sabia dizer qual o motivo da briga (CGN, Mulher é agredida no Bairro Brasília, 2013 – grifos nossos)

Tanto na SD(01), quanto na SD(02), as travestis são comparadas e diferenciadas de mulheres, indicando que, no discurso da CGN, transexuais e travestis não são mulheres, o que produz efeitos de sentido diferentes de que se a briga fosse entre duas mulheres. O discurso não é nem língua, nem fala, é a produção de sentido que se dá em algum lugar deslocado entre eles e não é, tampouco, resultado de um processo predefinido:

Para a Análise do Discurso, **não se trata apenas de transmissão de informação, nem há essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação**, como se a mensagem resultasse de um processo assim serializado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a (ORLANDI, 2005, p. 21 – grifos nossos).

O discurso encontra na língua sua possibilidade de materialização, pois “a língua é assim condição de possibilidade do discurso” (ORLANDI, 2013, p. 22).

## 2.2 OS ESQUECIMENTOS E AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Os esquecimentos são importantes pelo seu papel determinante na produção dos efeitos de sentidos, fato este que contribui na criação de dois efeitos: o efeito de sujeitos plenos e detentores daquilo que dizem e o efeito da língua como um sistema transparente, que produz sentidos claros, diretos e evidentes, quando, na verdade, a língua possui uma característica opaca, isto é, não é possível enxergarmos todos os sentidos das palavras.

O primeiro esquecimento é o esquecimento ideológico: o sujeito pensa ser fonte de sentido. O sujeito se coloca como a origem de tudo o que diz e busca rejeitar, apagar, de forma inconsciente, o que não está inserido na sua formação discursiva, o que lhe dá a ilusão de ser o criador absoluto de seu discurso, quando, na verdade, apenas retoma sentidos já-produzidos, partindo da influência que o inconsciente e a ideologia têm sobre ele. O primeiro esquecimento é resultado da ação das diversas ideologias que nos atingem.

O segundo esquecimento, para Pêcheux (1988), é de tom pré-consciente ou semiconsciente, no qual o sujeito privilegia determinadas formas em detrimento de outras. É quando o sujeito elege uma forma de dizer, apagando outra, e traz seu discurso numa determinada FD de forma que se inscreve nessa e não noutra, “esquecendo”, assim, as outras possibilidades, dando a noção de que o discurso reflete o único e possível conhecimento. O sujeito tem a ilusão de que aquilo que diz só possui *um* significado, o que ele pretende, que aquilo que o sujeito diz significa exatamente aquilo que ele quis dizer e que não poderia ser dito de outro modo (PÊCHEUX, 1997).

SD(03): Um homem de 32 e um adolescente de 17 anos foram **detidos** na manhã deste domingo (19) [...] Ambos relataram que haviam saído de uma casa noturna e estavam no local, pois **havam acabado de deixar um travesti**, após um programa. No momento da abordagem **o homem estava pelado** (CGN, Homem é detido por corrupção de menor, 2014 – grifos nossos).

Para compreender como os esquecimentos funcionam no discurso, a SD(03) indica como são retomados sentidos pré-construídos sobre a travesti de uma única forma incontestável, de modo que só possa se referir a ela,

primeiramente, no masculino e em situações de criminalidade.

A memória que a travesti aciona é de marginalidade, de prostituição, de “corrupção de menor”, que reforça o caráter de desajuste social da travesti. Esse é um esquecimento enunciativo que aponta para sentidos dados como cristalizados sobre a travesti. Ela só pode aparecer e fazer sentido nos meios de comunicação se não fugir desse padrão de sentido e reproduzir os sentidos hegemônicos sobre ela. O discurso é: onde tem travesti, tem polícia, tem crime, tem violência.

Em AD, as condições de produção devem ser levadas em consideração, uma vez que tratam de localizar os discursos em seu contexto e dessa forma se propõem a entender o que é dito, quem o diz, por que o diz, para quem diz, como diz, de que ponto histórico, cultural e social diz e com quais objetivos o faz.

As condições de produção são “o conjunto da descrição das propriedades relativas ao destinador, ao destinatário e ao referente, sob condição de dar imediatamente certo número de precisões” (PÊCHEUX, 2014b, p. 214). São elas que apontam, então, para um todo que contextualiza os discursos no espaço (*onde* esses discursos são produzidos) e no tempo (*quando* esses discursos são produzidos). Apontam também para quem os produz. Levando em consideração a carga semântica e simbólica de cada texto, é nessa via que “a AD busca desautomatizar a relação com a linguagem” (FERREIRA, 2005, p. 40).

Dessa forma, é possível perceber a inexistência de uma verdade, uma vez que determinado contexto de produção permitirá a circulação de determinados discursos. Esses discursos serão tomados como verdade.

No cenário que aqui nos propomos analisar, por exemplo, é possível que encontremos o termo travesti seguido tanto pelo artigo definido masculino quanto pelo feminino, o que aponta para, pelo menos, duas situações: na primeira delas, com o uso do artigo masculino, revela, como efeito de sentido, a não-identidade da travesti, considerando apenas o fator biológico; na segunda, podemos perceber que, na contramão da primeira situação, a identidade das travestis é considerada, isto é, há a superação do fator biológico e a relevância do fator identitário.

Dizer “a travesti” ou “o travesti” faz emergir diferentes efeitos de sentido

em diferentes condições de produção, e é certo afirmar que ambos podem causar certo desconforto em determinados contextos que não partilhem da mesma formação ideológica. Dito de outro modo, o que é verdade em um contexto de produção, o é pela formação ideológica, por exemplo: “pessoas com pênis são homens”; mas em outros, com outras formações ideológicas em cena, por exemplo: “algumas mulheres nascem com pênis”, a verdade pode ser outras, conforme aponta Leites Jr (2011), que narra um evento entre um renomado cirurgião especialista em cirurgias de transgenitalização e um militante trans:

Certa vez, presenciei um exemplo claro: em um evento sobre transexualidade organizado por uma ONG militante, um famoso médico cirurgião brasileiro, que já há muitos anos faz a cirurgia de transgenitalização em transexuais, expunha seus conceitos e técnicas para a plateia (quase que só composta por pessoas transexuais e travestis), analisando as dificuldades técnicas em se construir um neo-pênis (faloplastia) “funcional” nos casos de “mulheres” transexuais. **As “mulheres” para este doutor eram aquelas cujo “sexo original” era uma vagina.** À mesma mesa de debates, também estava sentado um militante que, apesar de ter nascido com um aparelho genital “feminino”, considerava a si mesmo e a outros na mesma situação, como “homens” transexuais. Ao final da fala do cirurgião, **o militante pegou o microfone e comentou sobre o insistente preconceito por parte do médico de chamá-los como mulheres transexuais, sendo que eles “eram homens”** e nomeavam a si mesmos como homens transexuais. O doutor não respondeu (LEITES JR, 2011, p. 192 – grifos nossos)

Na situação narrada, podemos perceber como as condições de produção podem alterar os possíveis efeitos de sentido. Percebemos que tanto o cirurgião quanto o militante trans estão referindo-se à mesma situação: uma pessoa que, biologicamente, nasceu com a genitália “feminina”, mas que, ao não se reconhecer com este corpo, sente a necessidade de passar por um processo cirúrgico de transgenitalização.

Para o cirurgião, do local que ele fala, na FD em que ele se inscreve, o caráter biológico prevalece, uma vez que ele parte do conceito de “mulheres” transexuais, isto é, de mulheres biológicas que passam por um processo de transgenitalização. Já para o militante trans, o que prevalece é o caráter identitário, dado que, como afirma Leites Jr (2011), ele e seus pares se reconhecem como “homens” transexuais, isto é, pessoas que, por mais que

tenham nascido com uma biologia feminina, não o são e passam por esse processo de transgenitalização para alcançar uma realização no que se refere a seus corpos, sexualidades, gêneros e identidades.

É por meio das pontas soltas no discurso que o analista tem a permissão de chegar a determinadas conclusões a respeito de como os sentidos são, ou não, legitimados em determinada FD. O lugar de onde os sujeitos dizem é de extrema importância naquilo que dizem, reforçando, assim, a importância do contexto de produção, pois, para Pêcheux (2014a), o papel do analista é estar no espaço da falha, do lapso e do fracasso, porque a AD se preocupa com os espaços discursivos não estabilizados logicamente, e é evidente que o analista também está envolto por determinadas condições de produções que o permitirão perceber alguns efeitos de sentido e outros não.

Ainda, no que tange aos efeitos de sentido, os deslizamentos de sentido que acontecem no discurso possibilitam que outros discursos sejam postos em cena, por meio de outras formações discursivas:

Os deslizamentos de sentido permitem observar os atravessamentos de outras posições, de outros discursos, de outras formações discursivas. **Os sentidos**, tão plenamente assentados e tão estabilizados, pelo viés da memória discursiva, **emergem no eixo intradiscursivo, e, no encontro da história com a atualidade, poderão "escorrer", ir para outro lado, promovendo rupturas** (LASSEN, 2010, p. 77 – grifos nossos).

Dessa forma, os sentidos não são estabilizados e “escorrem” para outros campos revelando outras formações discursivas que se completam.

### 2.3 O ANALISTA DO DISCURSO

O trabalho do analista do discurso não deve focar apenas reflexões acerca do já produzido, mas voltar-se para uma dada posição de analista que agencia uma “rede de memórias” (MAZIÈRE, 2007) com o objetivo de desenvolver diferentes perspectivas de leituras e, em sequência, de análises.

É relevante que o analista saiba que “não é uma pessoa neutra. Nunca” (MAZIÈRE, 2007, p. 23). Ele tem a responsabilidade de entender e, dessa maneira, “assumir uma posição quanto à língua, uma posição quanto ao sujeito. Ele deve, igualmente, construir um observatório para si” (MAZIÈRE, 2007, p. 23). O analista deve posicionar-se e reconhecer-se no tempo e espaço como um sujeito também assujeitado, para, dessa forma, justificar sua análise e dar consistência a suas afirmações. Na posição de analistas do discurso, é preciso que se saiba que também somos afetados pelos sentidos e que não estamos fora do ideológico.

Cabe ao analista considerar as condições de produção às quais o interlocutor está assujeitado ideologicamente e estabelecer uma relação do discurso com o texto, pois, segundo Orlandi (2005), é importante entender seu aspecto material entremeio ao linguístico, de forma que se estime seu valor histórico e não seu valor normativo:

Os textos, para nós, não são documentos que ilustram ideias pré-concebidas, mas monumentos nos quais se inscrevem as múltiplas possibilidades de leituras. Nem tampouco nos atemos aos aspectos formais cuja repetição é garantida pelas regras da língua – pois nos interessa sua materialidade, que é linguística – histórica, logo não se remete a regras, mas as suas condições de produção em relação à memória, onde intervém a ideologia, o inconsciente, o esquecimento, a falha, o equívoco. **O que nos interessa não são as marcas em si, mas o seu funcionamento no discurso.** (ORLANDI, 2013, p. 64-65 – grifos nossos)

Para garantir o sucesso de sua análise, o analista deve estar ciente da intervenção da ideologia na memória, assim como o inconsciente, os esquecimentos, a falha, o equívoco e a contradição que é própria do discurso (ORLANDI, 2013) como determinantes em seu funcionamento, não só do

outro, mas de si. Uma reflexão sobre nossa posição de analista é necessária no sentido de compreender de quais formas os discursos em análise chegam ao analista, dado sua posição enquanto sujeito na sociedade e as formações discursivas e ideológicas nas quais o analista se inscreve.

## 2.4 O SUJEITO

Para ser compreendida a concepção de sujeito em AD, é necessário que se evidencie o seu caráter de historicamente construído, de clivado, de partido. Dito de outro modo, o sujeito na perspectiva da AD é um sujeito constantemente interpelado pela Ideologia e por ela assujeitado.

Pêcheux (2014a) pensa no sujeito da Análise do Discurso como um sujeito do discurso que não é o sujeito psicológico, isto é, o sujeito livre e responsável, o sujeito omnificiente que é tomado (tido e apontado) como consciente, autônomo e independente. O sujeito do discurso, proposto por Pêcheux, não é o sujeito dono de si, assim como também não é o sujeito epistêmico, ou seja, o sujeito do saber, um sujeito da lógica pensado por Chomsky, um sujeito universal. O sujeito do discurso, então, não é “de direito estrategista, consciente, racional e lógico-operatório, cujos poderes se encontram limitados de fato na sua emergência progressiva” (PÊCHEUX, 2014a, p. 288) e que suas “aquisições” e exercícios não se dão por meio de “coerções” biológicas e sociológicas contrariando a noção de sujeito que Pêcheux estava propondo, partindo da concepção de que as questões da linguagem não derivam exclusivamente da lógica e da biologia (GADET ET. AL., 2014).

O sujeito na AD é, em sua essência, histórico, conduzido pela ideologia, e interpelado por ela. Um sujeito assujeitado ideologicamente e guiado pelo inconsciente. O dizer não nasce no sujeito, nasce em determinado contexto. O sujeito é social, é histórico e cultural.

O sujeito do discurso não é apenas o sujeito ideológico marxista-althusseriano, nem apenas o sujeito do inconsciente freudo-lacaniano; tampouco, não é apropriado afirmar que esse sujeito seja uma mera adição entre essas partes. **O que vai fazer a diferença desse sujeito é o papel de intervenção da linguagem, na perspectiva de materialidade lingüística e histórica que a AD lhe atribui** (FERREIRA, 2005, p. 40 – grifos nossos)

Primeiramente, o sujeito, ao produzir um ato de linguagem, entra em um processo de suposição dos efeitos de sentidos que serão produzidos por aqueles que receberão seu discurso, os outros. Isto é, entram em processo de

suposição se seus efeitos de sentidos pretendidos serão os produzidos, numa teia de ilusão de que ele, o sujeito, é dono do que diz. Pelo sim ou pelo não, seguem em seu processo de ressignificação dos efeitos de sentidos que possam ter sido produzidos. Em segunda instância, os conhecimentos e ideologias do sujeito são acionados e parte à atribuição de sentidos para o que é dito.

Ao mesmo tempo em que o sujeito significa, esses significados determinam o sujeito, pois como afirma Mazière (2007), “o sujeito-leitor faz o sentido na história, por meio do trabalho da memória, a incessante retomada do já dito, o encontro do ‘impensado de seu pensamento’. O indivíduo não está na fonte do sentido” (MAZIÈRE, 2007, p. 63), pois sujeito e sentido se constroem mutuamente (ORLANDI, 2013).

O sujeito é assujeitado antes mesmo de seu nascimento. Antes mesmo de reconhecer-se como sujeito, dele já são (pre)ditas formas e posições a serem assumidas, o sujeito é clivado, é interpelado. A AD vai buscar na psicanálise o sujeito descentrado, o sujeito faltante, o sujeito do inconsciente, e no materialismo histórico, por meio da ideologia althusseriana, vai encontrar o sujeito assujeitado para compreender como que se constrói o sujeito do discurso, isto é, esse sujeito se coloca, como afirma Ferreira (2005), “estratégica e perigosamente entre o sujeito da ideologia (pela noção de assujeitamento) e o sujeito da psicanálise (pela noção de inconsciente), ambos constituídos e revestidos materialmente pela linguagem” (FERREIRA, 2005, p. 40).

SD(04): Foi a Guarda Patrimonial que solicitou o apoio da PM, no Parque Tarquínio, na tarde desta quinta-feira (29), no Bairro Parque São Paulo, em Cascavel. No lago do parque, **dois travestis, decidiram se banhar e lavar as roupas sujas**. Ao serem repreendidos, **eles ameaçaram o guarda** de plantão. Foram orientados pela polícia e logo deixaram o local. Para traz **eles deixaram o cenário de destruição**, que só foi percebido depois de uma inspeção no local. **A pia de um quiosque foi quebrada**, além dela, **o corrimão de segurança também acabou danificado**. **O parque está abandonado**. **São poucos guardas** para cuidar de toda a extensão. Nos banheiros, **camas improvisadas foram montadas no forro**. As **árvores servem de varal** e o problema maior é o número de **desocupados que ficam no local e danificam o patrimônio público**. O cheiro em alguns pontos do parque é insuportável. **Roupas, cobertores, lixos**, enfim, **uma infinidade de pertences foi deixada no local**. O local já quase não recebe turistas, pois o parque, cedeu espaço ao abandono. **Melhorias precisam ser feitas com urgência** (CGN, Travestis tomam banho em lago de parque, 2015 – grifos nossos).

Compreender que o discurso é produzido por um sujeito, e que esse sujeito é um sujeito clivado, auxilia na análise de compreender o que esse discurso diz sobre esse sujeito, isto é, quais são as ideologias que constituem esse sujeito quando ele discursiviza a travesti da maneira que o faz.

A partir da compreensão de que o sujeito é atravessado pela ideologia é que podemos começar a propor a quais formações discursivas e ideológicas esse discurso se inscreve. Quando o sujeito jornalista da reportagem usa os artigos e numerais flexionados no masculino, como na SD(03), faz emergir efeitos de sentido de qual é o posicionamento ideológico deste sujeito, assim como a qual formação discursiva se inscreve. Dito de outro modo, quando o sujeito diz, ele diz mais sobre ele mesmo que sobre quem ele diz, uma vez que ele é afetado pelo ideológico, pelos sentidos já cristalizados em relação à travesti.

O que podemos perceber na análise dessa SD é como a travesti é posta por esse sujeito no discurso, sendo usada para uma denúncia social que, a certo modo, não tem nada a ver com a travesti (no caso, o abandono, por parte do poder municipal, do parque em questão). A presença da travesti só é possível por esse abandono por parte do Estado, a travesti reforça o lugar do abandono à medida que ela é mais um elemento que contribui para esse sentido. Ela só está ocupando este espaço justamente porque o Estado não

está ali presente, essa falta do Estado é representada com a chegada da polícia. Podemos, também, perceber um sentido dentro de outro por meio do trecho “lavar as roupas sujas” que tem conotação social de discussão e/ou resolução de desavenças, apontando para efeitos de sentidos já cristalizados sobre as travestis: de desordeiras.

Pias e corrimãos quebrados, camas nos forros, varais nas árvores são todos relacionados à passagem das travestis deixando a impressão de que, por onde as travestis passam, resta ao local a destruição, como se as travestis fossem os desocupados responsáveis por danificar o patrimônio público.

Outra concepção muito importante para compreender a categoria sujeito dentro da teoria da análise do discurso é referente à posição-sujeito. O sujeito do discurso que é assujeitado, que não tem controle do que diz, que não é consciente e é clivado pela ideologia, assume mais de uma posição no discurso. Em outras palavras, um mesmo sujeito que é interpelado por FIs e FDs diferentes assume, em momentos diferentes, diferentes posições no discurso e dessas posições é que seu discurso será o autorizado ou não. Um sujeito na posição-sujeito de professor não está permitido a determinados discursos que estaria na posição-sujeito de aluno, por exemplo. A posição-sujeito é resultado de uma significação histórica sobre o que é ser, como no exemplo acima, professor e aluno.

**O sujeito é um lugar de significação historicamente constituído**, ou seja, uma "posição". Essas posições, como sabemos, correspondem, mas não equivalem à simples presença física dos organismos humanos (empiricismo) ou aos lugares objetivos da estrutura social (sociologismo). **São lugares "representados" no discurso, isto é, estes lugares estão presentes mas transformados nos processos discursivos.** (ORLANDI, 1998, p. 75 – grifos nossos)

Uma vez que são lugares “representados” no discurso, um mesmo sujeito pode inscrever-se em determinada FD em um determinado contexto, dada a sua posição-sujeito e, em outro contexto, assumir outra posição-sujeito que se inscreva em outra FD. Ainda analisando a SD(03), podemos, para além de compreender o sujeito jornalista que põe em cena aquele discurso, qual é a posição-sujeito da travesti nesse mesmo discurso.

Pensar no espaço histórico da travesti como ligada à marginalidade, à

prostituição e à criminalidade permite que sejam ditas determinadas coisas sobre ela sem que haja espanto ou questionamento, como, por exemplo, elas usarem o lago do parque para se banharem e lavarem as roupas sujas, ato de baixa civilidade, o que reflete na construção histórica da travesti de desobediente às regras sociais e às leis, visto que elas, inclusive, ameaçam o guarda. No entanto, não há evidências de que a destruição deixada para trás é obra das travestis, mas pela posição-sujeito travesti que elas ocupam em nossa sociedade, é permitido que isso seja dito sobre elas.

## 2.5 FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS

Em toda sociedade há mecanismos que regram projeções e estabelecem formas de relação entre situações e posições. A esses mecanismos chamamos, em AD, de Formações Imaginárias. As formações imaginárias são os lugares “que os locutores se atribuem uns aos outros” (ORLANDI, 1998, p. 75).

A formulação do conceito de formação imaginária é atribuída a Michel Pêcheux a partir do conceito lacaniano de imaginário. A noção de imaginário é, em Lacan, uma reformulação da teoria freudiana de inconsciente, na qual, “Lacan vai deter-se, particularmente, no inconsciente, chegando a constituir um novo nome ao inconsciente freudiano, que tem a ver precisamente com a tríade *real – simbólico – imaginário*” (FERREIRA, 2010, p. 21 – grifos da autora). Na sequência de seu texto, Ferreira (2010) se preocupa em dissertar sobre a tríade lacaniana que será deslocada por Pêcheux para a concepção do sujeito do discurso:

A noção de *real* revela toda sua produtividade ao ser proposta por Lacan junto às outras duas com as quais encontra-se entrelaçada: o *simbólico* e o *imaginário*. **O real é apresentado como um corte na estrutura do sujeito**, a falta originária da estrutura. É precisamente em torno dessa falta que o inconsciente se estrutura. O real é, portanto, o núcleo do inconsciente. Tudo começa a partir dele. Lacan tematiza o real de dois modos: (i) o real é o impossível de ser simbolizado e (ii) o real é o que retorna sempre ao mesmo lugar. **O simbólico tem seu lugar, efetivamente, a partir do real**. De acordo com Lacan, ele tem a ver com o saber em jogo na própria experiência psicanalítica, responsável pelas transformações tão profundas para o sujeito. É no simbólico que o sujeito do inconsciente se estrutura como linguagem. **O imaginário é originariamente faltoso para o sujeito, é captação especular no plano consciente. A possibilidade de sua constituição se dá pelo efeito de introdução do simbólico** (FERREIRA, 2010, p. 25 – itálicos da autora e grifos nossos)

O imaginário lacaniano é deslocado por Pêcheux para a Análise do Discurso. Se, na Psicanálise, Lacan compreende o imaginário como individual, na Análise do Discurso, Pêcheux o compreende como coletivo e cumpre a função de intermeio entre a linguagem e o mundo, uma vez que “não existe relação direta entre a linguagem e o mundo. A relação não é direta mas funciona como se fosse, por causa do imaginário” (ORLANDI, 1994, p. 57).

É neste sentido que, baseado nessa função de ponte entre a linguagem e o mundo por meio do real e do simbólico, Pêcheux teoriza a noção das formações imaginárias, posições em que sujeitos se põem e são postos no discurso, que lhes permitem dizer (e serem ditos) dessa ou daquela forma.

Para Pêcheux (1990), as formações imaginárias são construídas durante os processos discursivos e é dessa forma que “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1997, p. 82 – grifos do autor). Nesta perspectiva, Pêcheux desenvolve um esquema de como acredita que funcionam as formações imaginárias:

Expressões que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente	
A {	IA(A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	IA(B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B {	IB(B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou para que ele me fale assim?”
	IB(A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

(PÊCHEUX, 1997, p. 83)

Dessa forma, o que pretendemos observar é quais são as formações imaginárias que a CGN faz das travestis em Cascavel e, em contrapartida, a formação imaginária das travestis em relação a elas mesmas. Isto é, se tomarmos o esquema desenvolvido por Pêcheux (1997) e colocarmos a CGN em A e as travestis em B chegamos às seguintes “questões implícitas” proposta pelo autor que nos mostrará a formação imaginária: Quem sou eu, a CGN, para lhe falar assim? Quem são as travestis para eu lhes fale assim? Quem sou eu, travesti, para que a CGN me fale assim? Quem é a CGN para que me fale assim?

Ao perceber que “existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeções, que estabelecem as relações entre as *situações*

(objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações)” (PÊCHEUX, 1997, p. 82 – grifos do autor) podemos começar por responder, primeiramente, quem é a CGN e, na sequência, quem são as travestis, pondo em cena as regras de projeções de nossa formação social.

Tomando o mecanismo de análise proposto por Pêcheux, pensemos em IA(A), isto é, a imagem do lugar que a CGN faz dela mesma. O portal de informações Central Gazeta de Notícias traz, ao fim de todas as suas notícias em formato de vídeo com imagens que ilustrem a notícia informada, que são disponibilizados juntamente com os textos escritos idênticos aos narrados no vídeo, “a notícia em tempo em real” e sua página na internet tem como nome “CGN – O maior portal de notícias em vídeo de Cascavel”. Neste sentido, percebemos que a imagem que a CGN faz de si é a de detentora da informação de forma mais rápida (em tempo real), mais abrangente (o maior portal) e, não somente isso, mas também mais abrangente e acessível àquelas e àqueles que, por acaso, não tenham familiaridade ou bom relacionamento com a leitura (o maior portal em vídeo de Cascavel).

O que nos interessa entender, de fato, não são as intenções do locutor, mas sim o funcionamento do discurso da CGN, perceber sua inscrição na história por meio do linguístico, do ideológico. Nessa via, percebemos que a imagem que a CGN tem dela mesma é de o mais rápido, abrangente e acessível portal de informação de Cascavel.

Seguindo a proposição do esquema das formações imaginárias, Pêcheux (1997) apresenta a noção do referente, isto é, de que(m) se fala no discurso, qual a imagem que a A e B fazem desse referente:

	Expressões que designam as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A	IA(R)	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
B	IB(R)	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala assim?”

(PÊCHEUX, 1997, p. 84)

As notícias que constituem o corpus desta pesquisa possuem como item

comum a temática das travestis em Cascavel e é, por esse motivo, o referente das possíveis formações imaginárias a que nos dispomos a analisar. Adentremos na reflexão de qual é a IA(R), ou seja, a imagem que a CGN faz da travesti em Cascavel, partindo da forma como a travesti é apresentada no discurso do portal de informação:

SD(05): Clevis Abraão Rodrigues foi agredido por **um travesti** de 22 anos. **O agressor** garantiu que levou um soco do homem, por isso o agrediu com um canivete (CGN, Travesti fere rosto de homem com canivete no Centro, 2012 – grifos nossos).

O sujeito do discurso cria para si e para o outro um lugar no discurso. O outro, enquanto sujeito, o faz também, uma vez que “A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social” (PÊCHEUX, 1997, p. 82). Ao mesmo tempo em que a travesti ocupa o lugar de B, ou seja, daquele que recebe o discurso de A, ela também ocupa o lugar de R, visto que é dela que se fala. Por esse motivo, substituiremos o termo da imagem de B pelo termo da imagem do referente: R. Assim, o que pretendemos observar é IA(R): imagem que a CGN faz da travesti, enquanto referente das notícias; IB(R): imagem que a travesti faz de si referenciada nas notícias e IB(A): imagem que a travesti faz da CGN.

Dada a SD(05), percebemos o lugar que a CGN (A) designa à travesti (R). Por meio do artigo indefinido masculino anteposto à denominação travesti, primeiramente, percebemos a coletivização da travesti, visto que ela não é nominada nem reconhecida. Essa formação imaginária sobre a travesti não é contestada pelos mesmos motivos apresentados na análise da SD(04), pois aponta para efeitos de sentido já cristalizados sobre a travesti na posição de agressão. Ainda no que se refere ao uso do artigo indefinido masculino, o que se analisa é uma imagem da travesti enquanto masculina, e essa imagem é reafirmada na oração seguinte com o uso do artigo definido masculino seguido do substantivo masculino. A formação imaginária que o discurso da SD(05) evidencia é de que travestis são pessoas masculinas, isto é, são homens, ainda que as mesmas não se reconheçam assim<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Não há ocorrências, dentro do recorte selecionado, de pessoas de sexo biológico feminino que se travestem de homens. Todas as ocorrências relatam situações que envolvem pessoas de sexo biológico masculino que se travestem de mulheres.

O lugar que a CGN designa à travesti dentro de nossa formação social é aquele em que o sexo biológico e a identidade de gênero são convergentes, reiterando a observação que Silva (2003) traz de que, em nossa sociedade, antes mesmo de nosso nascimento, já somos postos e imaginados na formação social com ela ou ele.

A divisão binária da sociedade segundo o sexo torna-se evidência, e a imposição, a construção desta divisão biológica não são questionadas, já que são naturais. **São investimentos, estratégias múltiplas que buscam fixar uma identidade masculina ou feminina normal e duradoura** (SILVA, 2003, p. 71 – grifos nossos)

Nesta perspectiva, o que a CGN busca em seu discurso é encontrar essa identidade *fixa, normal e duradoura* para a travesti, esse sujeito que rompe com os caminhos predeterminados da sociedade, desviando e colocando-se à mercê das sanções sociais e pedagogias punitivas (LOURO, 2008), que são “um conjunto de instituições sociais [que] é posto em ação toda vez que alguém afirma: ‘não me reconheço nesse corpo, não me identifico com o gênero imposto” (BENTO, 2008, p. 12-13). O caminho que o portal de informação encontra é fazer a associação direta entre sexo e gênero, isto é, que um corpo indissociavelmente terá essa identidade e que o outro corpo terá aquela. Dado o corpo masculino, a CGN tem a formação imaginária da travesti como homem.

Nos interessa, também, saber qual é a formação imaginária da travesti em relação a si mesma, isto é, IB(R): a imagem que B faz de R.

SD(06): **Não tenho maldade com os outros**, mas **tem gente que não nos respeita**. Então eu comprei um canivete no mercado, para defesa pessoal (CGN, Travesti fere rosto de homem com canivete no Centro, 2012 – grifos nossos).

Segundo Orlandi (2005), um discurso nunca é solto e inédito, ele sempre faz referência a outros discursos. Quando, na SD(06), uma travesti diz que não tem maldade com os outros, ela evidencia em seu discurso, por meio do não-dito, uma imagem sobre o ser travesti de pessoas que têm maldade com os outros. Podemos perceber a presença de uma formação imaginária de que travestis são más, uma imagem social e ideológica sobre a travesti e, em contrapartida, uma formação imaginária da própria travesti sobre si como uma

pessoa boa, ou que não é má com os outros. No período seguinte, por meio de oração subordinada adversativa, a travesti, à primeira vista, parece criar para um outro que não é A (a CGN) um lugar, no entanto, o que de fato a travesti faz é designar o seu lugar no discurso, o lugar de quem não é respeitada.

Pêcheux (1997) afirma que processos discursivos que deixam de funcionar não desaparecem por completo, eles deixam resquícios que originam novos discursos ou que se unem a outros discursos, pois:

**as diversas formações resultam, elas mesmas, de processos discursivos anteriores** (provenientes de outras condições de produção) **que deixaram de funcionar** mas que deram nascimento a “tomadas de posição” implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco (PÊCHEUX, 1997, p. 85 – grifos nossos).

Os discursos de “maldades das travestis” então se fazem presente, não pela imagem direta que a CGN faz da travesti, mas por uma antecipação que a travesti faz da imagem que é feita de si mesma: a posição do sujeito agressivo e que chama para si a agressão sofrida. Orlandi (2005) aponta o mecanismo de antecipação como parte das formações imaginárias:

segundo o mecanismo da antecipação, **todo sujeito tem a capacidade de experimentar**, ou melhor, **de colocar-se no lugar do outro** em que o seu interlocutor “ouve” suas palavras. **Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem** (ORLANDI, 2005, p. 39 – grifos nossos).

Frente aos possíveis processos discursivos anteriores, descritos por Pêcheux (1997), de que travestis podem ser más, agressivas e de que as demais pessoas não respeitam as travestis, a imagem que B faz de R, ou seja, a imagem que a travesti faz sobre si mesma como referente, passa por um processo de antecipação do discurso de seus interlocutores, na tentativa de prever os possíveis efeitos de sentido que suas palavras podem produzir e, nesse processo de antecipação, a travesti se defende de possíveis argumentações que justifiquem a violência sofrida.

SD(07): Ele veio com **aquela mesma história de sempre**. Chega e vem querendo **tratar a gente feito um lixo, desrespeitando**. Eu **não tomo** bebida de **álcool e não estou drogada** (CGN, Travesti fere rosto de homem com canivete no Centro, 2012 – grifos nossos).

Em outra sequência discursiva, a travesti continua dando indícios das imagens que se tem dela, enquanto um referente, e a negativa dela a essa imagem. A IB(R) em questão é de que as travestis são tratadas feito lixo e são desrespeitadas, mais de uma vez, uma vez que a travesti deixa explícito ser uma história recorrente.

Compreendendo que “a percepção é sempre atravessada pelo ‘já ouvido’ e o ‘já dito’, através dos quais se constituem a substância das formações imaginárias enunciadas” (PÊCHEUX, 1997, pp. 85-86), analisamos uma imagem que se faz da travesti como um sujeito marginal, desrespeitado e/ou que não deva ser respeitado, que é tratado feito lixo.

Para negar o já dito e ouvido é que a travesti põe em cena outra imagem de si, de um sujeito que não usa drogas, tampouco álcool, evidenciando que o uso dessas substâncias poderia gerar alguma situação ou motivo para que o desrespeito acontecesse, já que “não há discurso que não se relacione com outros” (ORLANDI, 2005, p. 39).

No que se refere à IB(A), imagem que a travesti faz da CGN, não há referência, em nenhuma extensão do corpus selecionado, um espaço em que seja permitido uma posição de fala à travesti. Dessa forma, percebemos que a CGN constrói para si um espaço de seu discurso autoritário, partindo da concepção apresentada por Eni Orlandi a Raquel Goulart Barreto, no qual a primeira autora afirma que “Um discurso autoritário o é pelo seu funcionamento. Pouco importam as intenções de seu locutor. Portanto não é uma questão moral. É uma questão lingüístico-histórica, ideológica. E não há sujeito sem ideologia” (ORLANDI; BARRETO, 2006, p. 2).

A CGN marca a imagem que faz de si pela supressão da imagem que outro faz dela. “Como nossa sociedade é construída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’. A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno” (ORLANDI, 2005, p. 39-40). Dessa forma é que, em nossa formação social, pensando nas relações hierárquicas de poder, a fala do portal de

informação é a que vale (significa) mais que a da travesti.

O conceito proposto por Pêcheux das formações imaginárias na formulação da análise do discurso enquanto perspectiva teórica de análise foi adotada e utilizada nos anos que se seguiram. No entanto, ela passou por duras críticas e questionamentos se aquilo que as formações imaginárias propunham não era, exatamente, o que Michel Pêcheux parecia criticar da psicologia social. Esse fato fez com que o autor voltasse, em 1975, acompanhado de Catherine Fuchs, a pontuar os embasamentos teóricos da AD.

No intuito de sanar os possíveis equívocos e fechar lacunas deixadas pelo que o autor entendia como AAD-69, Pêcheux e Fuchs (1997) explicam que a Análise do Discurso se constitui:

**na articulação de três regiões do conhecimento científico: 1. o materialismo histórico**, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendia aí a teoria das ideologias; 2. **a linguística**, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; 3. **a teoria do discurso**, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. **Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade** (de natureza psicanalítica) (PÊCHUEX; FUCHS, 1997, p. 163-164 – grifos nossos).

Com esse retorno à base teórica da AD, os dois autores buscaram refutar as críticas da aproximação com o sujeito individual da psicologia social e ressaltar que o sujeito do discurso é um sujeito interpelado pela ideologia, um sujeito histórico e, por esse motivo, as formações imaginárias em questão não eram de sujeitos individuais para sujeitos individuais, e sim para lugares sociais que um sujeito determinava para outro, lugares e posições já dadas dentro de uma formação social.

Pêcheux e Fuchs (1997) apontam para esse sujeito da interpelação como o sujeito assujeitado, o sujeito ideológico “de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166 – grifos dos autores). As posições que os sujeitos se designam mutuamente não são criadas, nem inventadas por esses sujeitos, elas já existem e são lugares ocupados ou lugares que, no discurso, um sujeito designa o outro a ocupar. Por

exemplo, na SD(03) tínhamos o discurso da CGN designando o lugar de homem às travestis, na SD(06) designando a travesti ao lugar de sujeito não respeitado ou na SD(07) o lugar de que travestis não indissociavelmente são usuárias de drogas.

Todo discurso aponta para outros que o mantém e constitui. As formações imaginárias são possíveis de serem analisadas, se percebemos a quais imagens elas remontam no processo discursivo.

Os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, **imaginados** ou possíveis (ORLANDI, 2005, p. 39 – grifo nosso)

Orlandi (2005) defende que o discurso não tem esse começo e fim delimitados, suas (possíveis) fronteiras são porosas, e assim admitem e/ou negam outros discursos e dessa forma o cremos também. Outros autores brasileiros, como Caetano (2000), entendem que a tomada da palavra significa a mobilização de um funcionamento linguístico dentro de condições sociais que levam em consideração a quem aquela palavra tomada se destina, fazendo uma retomada a Pêcheux, a autora exemplifica a noção de formação imaginária:

Toda vez que o sujeito de um discurso toma a palavra, ele mobiliza um funcionamento discursivo que remete a formações imaginárias. Segundo Pêcheux (1990), **o discurso produzido por um sujeito pressupõe um destinatário que se encontra num lugar** determinado na estrutura de uma formação social. **Tal lugar aparece representado no discurso por formações imaginárias que designam o lugar que o sujeito e o destinatário se atribuem mutuamente**, ou seja, **a imagem que fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro** (CAETANO, 200, p.43 – grifos nossos)

É neste sentido que podemos compreender a formações imaginária como a imagem que um sujeito faz do outro, por exemplo, na pesquisa que aqui propomos, entender o conceito de formação imaginária é de grande importância, uma vez que nos interessa saber, primeiramente, qual é a imagem que o portal de informação CGN faz das travestis em Cascavel – PR, por meio da projeção

que o mesmo faz sobre esses sujeitos no discurso.

É, a partir da compreensão das formações imaginárias da CGN sobre as travestis que poderemos compreender, evidenciar e analisar as formações discursivas e ideológicas às quais a CGN se inscreve.

## 2.6 SEQUÊNCIA DISCURSIVA, FORMAÇÃO DISCURSIVA E FORMAÇÃO IDEOLÓGICA

Em nossa pesquisa, selecionamos alguns excertos para serem analisados. Para compreender essa estrutura, buscamos em Brandão (2012) a noção de Sequência Discursiva (doravante SD), que não pode ser confundida com formação discursiva. Enquanto a FD é o conjunto de modos de dizer, a SD é um excerto material, no qual podemos analisar e perceber essa ou aquela FD e FI, pois

Toda sequência discursiva deve ser analisada em um processo discursivo de reprodução/transformação dos enunciados no interior de uma FD dada: daí porque **o estudo do intradiscorso de toda sequência manifesta deve estar associado ao do interdiscorso da FD.** (BRANDÃO, 2012, p. 52 – grifos nossos).

Quando se analisa a articulação da ideologia com o discurso, isto é, como específicas formas de pensar se materializam em específicas formas de dizer, dois conceitos são caros à AD e devem ser postos em cena: as formações discursivas e as formações ideológicas.

Os dois conceitos estão interligados, uma vez que ambos se constituem e fazem parte um do outro. Enquanto as formações ideológicas representam o conjunto de ideologias, modos de pensar, as formações discursivas representam o conjunto de discursos que materializam as formações ideológicas.

SD(08): O homem informou aos policiais que **foi agredido por três travestis**. Ele está **bastante ferido**, inclusive com algumas **fraturas** (CGN, Homem é agredido por travestis, 2014 – grifos nossos).

Na SD(08) temos a retomada de um mesmo modo de dizer da travesti presente também nas SD(01) e SD(02). Esse modo de dizer que se repete é o que chamamos em AD de Formações Discursivas (FDs). Tratando-se das travestis e em um modo de dizer e pensar de aproximação com a criminalidade, a FD que podemos perceber na SD(08), assim como nas SD(01) e SD(02), é da travesti violenta, agressiva e criminosa.

A noção de Formação Discursiva que foi deslocada para a teoria da Análise do Discurso é pertencente a Foucault e substituída, na teoria da AD, a noção de maquinaria discursiva, uma perspectiva na qual Pêcheux buscava um método científico que definisse e delimitasse os discursos no princípio da proposta da teoria (Pêcheux, 1997). No entanto, os discursos não funcionam de uma forma regrada e essa perspectiva de análise foi, posteriormente, substituída pela de FD.

A introdução por Foucault da noção de formação discursiva me parece ter consequências críticas importantes sobre este ponto. Podemos efetivamente pensar, a partir da *Arqueologia do Saber*, **uma concepção materialista da discursividade na qual os efeitos do interdiscurso não se resolvem em um ponto de integração, mas se desenvolvem em contradições** (PÊCHEUX, 2014c, p. 157 – itálicos do autor e grifos nossos).

A análise de uma formação discursiva se constitui, então, em analisar e descrever os enunciados que a constituem. É importante entender a noção de interdiscurso, uma estrutura que supera o discurso e que permeia mais de um discurso, o que contribui na característica de fronteiras porosas das FDs, isto é, não há uma barreira entre uma e outra FD, elas se encontram, se anulam, se completam ou se unem. Dessa forma,

o interdiscurso, longe de ser efeito integrador da discursividade torna-se desde então seu princípio de funcionamento: *é porque os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados* (metaforizados) *de uma sequência pertencente a uma outra formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar* historicamente (PÊCHEUX, 2014c, p. 158 – itálico do autor e grifos nossos)

Enquanto as FDs se mantêm no campo do que pode e deve ser dito, são as Fls responsáveis pelo que se pode e deve pensar, e esse modo de pensar é concretizado por meio das FDs.

SD(09): No fim da manhã de hoje (21), uma **confusão** foi registrada no Bairro Santa Cruz. De acordo com informações obtidas no local, um travesti teria feito um **programa** com um **rapaz que não queria pagar** (CGN, Confusão com travesti vira caso de polícia, 2014 – grifos nossos)

Analisamos que, na SD(09), o discurso da CGN se inscreve em outro modo de dizer a travesti, como aquela que está sujeita a situações de não pagamento de seus serviços, no entanto, o modo de pensar segue o mesmo, da travesti como marginalizada, principalmente porque, por meio da denominação programa, os serviços que ela oferta, os de prostituição, são também marginalizados.

Entendemos por denominação elementos do discurso que se diferem, contrapõem-se à concepção de termos da língua. Enquanto que os termos respondem à língua, as denominações constituem o discurso, como afirmam Ferrari e Medeiros (2012):

As denominações (palavras, expressões ou locuções) compõem um grande bloco de produção de sentidos em relação ao que elas se referem. **Denominar não é escolher aleatoriamente designações, é discurso e, como tal, tem história**, determinações que permitem tais nomes e/ou impedem outros (FERRARI; MEDEIROS, 2012, p. 84).

As denominações, assim como o discurso, não trabalham com as noções de referência direta, isto é, não cabem nos moldes estruturais de significado e significante. As denominações não possuem um sentido colado a elas, pelo contrário, denominar é relacionar a “linguagem e memória construindo e desconstruindo efeitos discursivos de referencialidade” (FERRARI; MEDEIROS, 2012, p. 84). Neste sentido, a partir da denominação travesti, buscamos compreender quais são essas memórias relacionadas à linguagem que constroem e desconstroem os efeitos discursivos.

Compete à FI a posição de dado pensamento, em uma determinada conjuntura sócio-histórica (ORLANDI, 2005) e é representada, como já dito, no discurso pelas FDs, fazendo com que os discursos sejam sempre determinados ideologicamente. A FI representa, então, um modo de pensar. Esse modo de pensar pode ser dito de várias formas (FDs) cada modo de dizer produz efeitos de sentido na materialidade, e os sentidos (os discursos) é que permitem, por meio do caminho inverso aqui exposto, a análise destes discursos, FDs e FIs.

Abordadas as principais categorias de análise, damos por encerrada a

fundamentação teórica que embasará nossas análises, na quais priorizaremos as categorias de Formações Imaginárias, Formação Discursiva e Formação Ideológica.

Verificamos, dessa forma, que os conceitos nos quais a AD se baseia são complexos e mantêm uma relação tensa entre as noções que os integram. A atividade de análise deve sempre por em questão a natureza dos conceitos e considerar seus limites, não impedindo que a AD se singularize em sua forma de conhecimento sobre a linguagem e se distancie das demais áreas por seus aparatos teóricos e seus métodos de análise.

### 3. SOU TRAVESTI, TENHO PRÓTESE, TENHO SILICONE, SOU UM TRAVECO, NÃO SOU UM VIADINHO

Os estudos referentes às noções de gênero têm seu início, no campo das Ciências Humanas, em meados do século XX. O objetivo principal destes estudos era a tentativa de perceber como eram instituídos determinados papéis sociais como masculinos ou femininos em nossa sociedade, e de que forma os papéis instituídos como femininos eram depreciados em relação aos masculinos por uma lógica biológica.

Para se compreender a noção de gênero, é necessário que se compreenda, primeiramente, que a forma como os indivíduos se identificam, sejam quem e quais forem, com as práticas sociais que lhes são exigidas, não obedecem, por via de regra, a suas anatomias.

A sexualidade humana extrapola as noções biológicas, isto é, determinada genitália não desembocará em um padrão de desejo e atração por outros corpos, tão pouco em uma única expressão normatizada. Neste sentido, a forma como estes sujeitos se identificarão não obedece também a um padrão. O que estamos afirmando aqui é que a identidade de gênero, assim como a orientação sexual e afetiva, as expressões de gênero, dentre outros aspectos da sexualidade não possuem uma determinação biológica, ou seja, não se detém ao sistema binário.

**O sistema binário** (masculino versus feminino) **produz e reproduz a ideia de que o gênero reflete, espelha o sexo** e que todas as outras esferas constitutivas dos sujeitos estão amarradas a essa determinação inicial: a natureza constrói a sexualidade e posiciona os corpos de acordo com as supostas disposições naturais (BENTO, 2008, p. 13 – grifos nossos).

Desse modo é que os estudos de gênero buscam compreender e valorizar os diversos aspectos da sexualidade humana na perspectiva de poder respeitar os sujeitos que se identifiquem com essa ou aquelas identidades.

É indispensável que se reconheça que a sexualidade integra a própria condição humana. **Ninguém pode realizar-se como ser humano se não tiver assegurado o respeito ao exercício da sua sexualidade**, conceito que compreende tanto a liberdade sexual como a liberdade à livre orientação sexual (DIAS, 2004, p. 32 – grifos nossos).

A “sexualidade é o conjunto de fenômenos da vida sexual” (CARDOSO, 2005, p.24) e, a esse conjunto, podemos afirmar que se trata de um agrupamento de sentimentos e sensações, comportamentos que unem, ao mesmo tempo que diferenciam, as pessoas, envolvendo a emoção, o afeto e a energia, somando identidades e culturas (CARDOSO, 2005). Dias (2004) reafirma, em vários momentos de sua obra, a sexualidade como uma condição humana e um direito fundamental do ser humano em seu desenvolvimento:

**A sexualidade** integra a própria condição humana. **É um direito humano fundamental** que acompanha o ser humano desde seu nascimento, pois decorre de sua própria natureza. Como direito do indivíduo, é um direito natural, inalienável e imprescritível. **Ninguém pode se realizar como ser humano, se não tiver assegurado o respeito ao exercício da sexualidade**, conceito que compreende tanto a liberdade sexual como a liberdade de livre orientação sexual. O direito a tratamento igualitário independente da tendência sexual. **A sexualidade integra a própria natureza humana e abrange a dignidade humana**. Todo ser humano tem o direito de exigir respeito ao livre exercício da sexualidade. **Sem liberdade sexual, o indivíduo não se realiza, tal como ocorre quando lhe falta qualquer outra das chamadas liberdades ou direitos fundamentais** (DIAS, 2004, p. 46-47 – grifos nossos).

Não é possível dissertar sobre gênero sem que compreendamos a sexualidade e sua inerência à natureza humana. E é importante que compreendamos a sexualidade para além dos níveis biológicos, tomando-a em suas mais abrangentes dimensões.

### 3.1. GÊNERO

Para compreender de que forma o conceito e a noção do gênero se desdobrou dentro dos estudos de gênero e da teoria queer, retomar a concepção de gênero proposta por Judith Butler (2003), precursora dos estudos de gênero, pode apontar (e facilitar) a compreensão do mesmo. Para Butler (2003):

O gênero não deve ser constituído como uma unidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, **o gênero é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos** (BUTLER, 2003, p. 200 – grifos nossos)

O gênero, então, não é um dado exato e estável, é uma identidade em constante construção e (re)inovação, dadas novas experiências e contextos sociais os quais os indivíduos vivenciam. Nesse processo, novas elaborações de si, novos dilemas, novas (re)considerações tendem a (re)moldar a compreensão e identificação dos indivíduos de si e dos demais.

Diniz (2008) apresenta que o caráter social é de maior importância na construção da identidade de gênero que o caráter biológico, pois “foram os estudos de gênero que mostraram que as definições de masculino e feminino resultavam da socialização e não significavam uma ditadura da natureza” (DINIZ, 2008, p. 208). É nesta perspectiva que a autora apresenta como os estudos de gênero, com grande ênfase nos escritos de Simone de Beauvoir, se dispuseram a compreender como as sociedades davam conta de transformar corpos machos e fêmeas em homens e mulheres, isto é, naquilo que dada sociedade esperava e acreditava *ser homem* e *ser mulher* (DINIZ, 2008). Anne Fausto-Sterling (2000) retoma o incidente em que a atleta espanhola Maria Patiño fora impedida de competir nas Olimpíadas de 1988 após um exame médico apontar para a existência de um cromossomo Y em seu DNA, que colaborou para as discussões de gênero que já ocorriam na época, atenuando as concepções de gênero e sexo:

Em 1972, os sexólogos John Money e Anke Ehrhardt popularizaram a idéia de que **sexo e gênero são categorias separadas. Sexo, dizem, se refere aos atributos físicos** e é anatômica e fisiologicamente determinado. **Viam o gênero como uma transformação psicológica do eu** – a convicção interior de que se é homem ou mulher (identidade de gênero) e as expressões comportamentais dessa convicção (FAUSTO-STERLING, 2000, p. 15 – grifos nossos).

Essas considerações desencadearam reflexões que trouxeram à noção que se trabalha hoje de gênero, resultado principalmente dos estudos feministas, como afirma Meroni (2011). O pensamento feminista, preocupado nas diferenças sociais que se tinha entre homens e mulheres fundamentada essencialmente nas diferenças biológicas, tratou de propor discussões que abordassem essa questão.

**A anatomia feminina veio sendo cada vez mais considerada a fundamentação justificativa da descrição sociocultural da inferioridade da mulher em relação ao homem**, de seu papel na sociedade e de suas limitações no mundo da cultura e da política. (MERONI, 2011, p. 174 – grifos nossos)

A noção de gênero como social apresentada por Fausto-Sterling (2000) toca de forma tão abrangente a sexualidade que a autora sugere que a própria noção de sexo é dada e construída, não pela ciência ou por métodos exatos, mas por meios e decisões sociais. Para tal, ela usa o seguinte exemplo:

Se uma criança nasce com dois cromossomos X, ovários, um útero na parte de dentro, mas com um pênis e uma bolsa escrotal na parte de fora, por exemplo, é um menino ou uma menina? A maioria dos médicos dirá que é uma menina, a despeito do pênis, por causa de seu potencial para dar à luz, e intervêm usando cirurgia e hormônios para confirmar sua decisão. **A escolha dos critérios a utilizar na determinação do sexo, e a escolha de simplesmente fazer essa determinação, são decisões sociais** para as quais os cientistas não podem oferecer regras absolutas (FAUSTO-STERLING, 2000, p. 20 – grifos nossos).

Se, por um lado, há o exato da ciência, esse exato é movido e manipulado pelo social, pelo que se espera socialmente daquele corpo. Dessa forma, e essa ou aquela decisão passa pelo social e é no social que a construção de gênero

se pauta, não na função biológica isolada deste ou daquele corpo, mas pela função biológica em um contexto social dos corpos.

A identidade de gênero começa a ser pensada e refletida, então, neste momento de percepção em que determinados locais de inferioridade eram propostos mediante às identificações do feminino, e não necessariamente do indivíduo com genitália feminina. A partir das reflexões propostas pelo movimento feminista, a identidade de gênero pôde ser compreendida, então, como “a percepção do ser homem ou mulher que cada um tem a seu respeito, e advém de uma relação internalizada de cada pessoa consciente ou inconsciente com o seu mundo externo” (CARDOSO, 2005, p. 23). No entanto, essa não linearidade entre a biologia e a identidade, isto é, entre o sexo e o gênero, gera desconfortos sociais e, conforme afirma Louro (2008), já há pedagogias punitivas à espera daqueles que desviem, por algum motivo, do trajeto (im)posto em cena.

Consoante às demais características da sexualidade, a identidade de gênero não parte de um pressuposto consciente, isto é, não é parte de uma escolha, uma vez que “nossas experiências corporais devem sua existência ao nosso desenvolvimento em culturas e períodos históricos particulares (FAUSTO-STERLING, 2000, p. 59). Os indivíduos de uma ou de outras identidades não escolhem identificar-se como tal. “Os sujeitos que cruzam as fronteiras de gênero e de sexualidade talvez não ‘escolham’ livremente essa travessia, eles podem se ver movidos para tal por muitas razões” (LOURO, 2008, p. 18) e essas razões não são dadas nem sempre especificadas. Para o indivíduo transgênero, isto é, que se identifica com uma identidade de gênero que não a imposta sobre o seu corpo biológico, tende a ter essa experiência da travessia com muito sofrimento, principalmente se esse sujeito for de uma classe social, etnia ou raça que não a privilegiada em nossa sociedade.

Eles podem, tal como quaisquer outros viajantes, **ver sua travessia restringida, repudiada ou ampliada por suas marcas de classe, de raça ou por outras circunstâncias de sua existência.** Sua viagem talvez possa se caracterizar como um ir e um voltar livre e descompromissado ou poder se constituir num movimento forçado, numa espécie de exílio (LOURO, 2008, p. 19 – grifos nossos).

Os processos de depreciação das “variantes que se afastam da

sexualidade aceita como correta – pelo simples fato de ser majoritária – levam ao surgimento de denominações que acabam sempre escorregando para o escárnio e o deboche” (DIAS, 2004, p. 36). Compreender como se reconhecem as pessoas que não se identificam com seus corpos biológicos contribui para o enfraquecimento desses processos de escárnios e deboche. Nesta pesquisa, em especial, o que pretendemos é compreender as questões relacionadas à transexualidade.

### 3.2. TRANSEXUALIDADE

O tema da transexualidade desconforta outros campos científicos, como a Biologia, por colocar em cena questões referentes à identidade e modos de socialização humana que, por vezes, não são consideradas dentro desta área do conhecimento. A noção identitária e de gênero destoa de uma outra noção, científica e exata, há muito estabilizada dentro dos estudos da Biologia: o sexo biológico. É nesse espaço em que o diálogo acerca da identidade de gênero Trans faz emergir muitas noções de como se lida com o corpo e como, muitas vezes, aquela noção direta de que determinado corpo biológico desemboca em um determinado gênero é posta em xeque.

**A aproximação com a transexualidade é reveladora das convenções sociais sobre a masculinidade e a feminilidade.** Diariamente profissionais da saúde, juízes, advogados, professores, parlamentares, amigos, familiares são instados a se posicionar e encontrar sentidos para as demandas de pessoas que reivindicam o pertencimento a um gênero distinto daquele que lhe foi imposto (BENTO, 2008, p. 12 – grifos nossos)

Esse posicionar-se e encontrar sentidos para a transexualidade, muitas vezes silencia as vozes das pessoas que o são e buscam, em uma razão científica, a compreensão de um dado que ainda carece de muito estudo: a noção de gênero.

Santos e Cruz (2014) apresentam a dificuldade de propor uma definição acerca da transexualidade dentro dos moldes e parâmetros da atualidade no que se refere à avaliação de um indivíduo ser ou não transexual:

O que vem a ser um(a) transexual? Seria possível uma definição? No momento de escrita deste artigo, **a transexualidade ainda é tratada e compreendida em muitos setores dentro dos padrões heteronormativos, podendo o sujeito trans ser submetido a uma exaustiva avaliação, com testes psicológicos e sessões de terapia que questionam sobre a possível veracidade de sua masculinidade ou feminilidade** quando solicita mudança de nome ou cirurgia. Entre estudiosos do tema, os conceitos que descrevem as características do que vem a ser um transexual variam muito entre os(as) autores(as). Essas **diferenças de conceituação sobre o que vem a ser a transexualidade vêm sendo construídas em um diálogo constante** (não raro conflituoso) **entre sujeitos trans, acadêmicos, ativistas e outros profissionais da saúde ou da mídia** (SANTOS; CRUZ, 2014, p. 157-158 – grifos nossos).

A transexualidade pode ser compreendida como uma “experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero” (BENTO, 2008, p. 18). Esse conflito se dá pela imposição, nem sempre certa, das convenções de gênero, isto é, que este corpo, dada a esta materialidade biológica, deverá assumir estes papéis e práticas sociais. Um corpo, por exemplo, que nasça com vulva, reconhecer-se enquanto mulher, usar cabelos longos, casar-se e ter filhos. No entanto, desde os tempos antigos, como sugere Cervi (2009), há uma não linearidade entre o sexo biológico e as práticas sociais.

**A não-correspondência à identidade sexual biológica sempre existiu na história da humanidade.** Neste sentido destaca-se o relato bíblico de Sodoma e Gomorra, cidades conhecidas pelo homossexualismo<sup>10</sup> masculino, e da Ilha de Lesbos, na Grécia, citada pelo homossexualismo feminino, sendo o local que inspirou a denominação lésbica. **Atualmente, além do homossexualismo, diversas são as manifestações sexuais, tais como o bissexualismo, o travestismo e o transexualismo. Tais manifestações hoje são demonstradas mais frequentemente e surgem no ímpeto de anunciar a**

---

<sup>10</sup> Apesar do código internacional de doenças (CID) retirar o termo homossexualismo de seu índice no final da década de 1980, não é raro que ainda se encontre até hoje, principalmente no discurso religioso a recorrência desse termo, que, com o sufixo ismo, remete a doença (raquitismo) ou prática social consciente (cristianismo). A recorrência desse termo na FD da religião cristã produz efeitos de sentido de que o sujeito homossexual escolhe por sê-lo ou que é uma pessoa doente, carente de tratamento. No entanto, dentro de um FD do direito e da ciência, os efeitos de sentidos produzidos pelos termos homossexualismo, bissexualismo, travestismo e transexualismo em detrimento de homossexualidade, bissexualidade, travestilidade e transexualidade são outros, inclusive, de desconhecimento. Com isso, podemos afirmar que a maioria dos sujeitos se inscrevem na FD da religião cristã e que essa, pela característica porosa das FDs, pode influenciar na recorrência desse termo em textos científicos. Essa breve análise serve de justificativa para os termos utilizados por Cervi (2009) que vão de encontro com a concepção de sexualidade que abordamos nessa pesquisa.

**diferença para conquistar o reconhecimento da sociedade e a proteção jurídica do Estado** (CERVI, 2009, p. 489 – grifos nossos).

Outro fato interessante, no que se refere à sexualidade e aos estudos de gênero, é a descoberta recente que, antes da chegada dos cristãos à América, havia uma distinção de, pelo menos, cinco gêneros entre os povos indígenas (OLIVEIRA, 2016),

A ideia restrita dos papéis de gênero como a conhecemos hoje, baseada no **binário homem/mulher, apenas foi incorporada pelas tribos norte-americanas após a chegada dos europeus**, com a imposição das crenças cristãs. A visão diferenciada dos gêneros, que existia em muitas comunidades indígenas, não apenas na América do Norte, mostra como a cultura de um povo influencia os papéis de gênero e a maneira como enxergamos as expressões e sexualidades de acordo com nossas crenças. [...] Segundo o site Indian Country Today, especializado em notícias sobre povos indígenas, entre os norte-americanos **eram reconhecidos 5 gêneros diferentes: masculino, feminino, dois-espíritos masculino, dois-espíritos feminino e o que hoje chamaríamos de transgênero**. As nomenclaturas são diferentes para cada tribo, de acordo com os dialetos, mas referem-se a identidades de gênero semelhantes. [...] Desde 1989, nativo-americanos que militavam pela diversidade sexual e de gêneros resgataram o termo “dois-espíritos” (em inglês, two-spirit) para reafirmar sua identidade trans. Assim, “dois-espíritos” passou a ser uma expressão universal para identificar nativos e seus descendentes, que se considerassem transgênero, entre as tribos norte-americanas. [...] **A extinção das crenças nativas também aconteceu por todo o continente americano**. Colonizadores espanhóis também se empenharam em destruir códices (manuscritos gravados em madeira) aztecas que mencionavam dois-espíritos e seus poderes mágicos. **No Brasil, portugueses igualmente se esforçaram para erradicar as identidades de gêneros e comportamentos sexuais que hoje seriam considerados como transgeneridade e homossexualidade** (OLIVEIRA, 2016, s.p – grifos nossos).

Assim, podemos afirmar que os povos antigos compreendiam o gênero de uma forma não linear com o sexo biológico, baseados na sobrevivência, na colheita, caça e preservação dos membros das comunidades.

Outra questão de muita relevância na compreensão da transexualidade é a distância que deve ser posta entre ela e a homossexualidade, visto que:

A transexualidade pode ser definida como **expressão da sexualidade em que a pessoa considera ter um sexo biológico equivocado**, antagônico ao gênero que vive, e deseja ter seu corpo readequado ao sexo a que crê pertencer. **As pessoas transexuais se diferenciam das pessoas homossexuais**, que têm apenas uma orientação sexual dirigida para o mesmo sexo, e não uma insatisfação com o seu sexo; e **dos travestis, que se expressam vestindo-se e comportando-se como pertencente ao sexo oposto ao seu, mas não acreditam ter uma corporeidade equivocada** (VENTURA; BUGLIONE, 2006, p. 124-125 – grifos nossos).

Sobre as afirmações de Ventura e Buglione (2006), três questões devem ser postas em cena para que compreendamos melhor a transexualidade e a travestilidade, a primeira é em relação ao gênero da palavra (JESUS, 2012) que deve ser no feminino, uma vez que elas se reconhecem assim; a segunda em relação à conformidade de seus corpos (LEITES JR, 2008;2011). Na próxima seção, abordaremos com mais atenção a travestilidade, na qual chegamos a conclusões de que nem sempre uma travesti está em conformidade com seu corpo e nem sempre mulheres transexuais sentem a necessidade de passar por processos cirúrgicos. E, a terceira delas, que pessoas transexuais podem ter uma orientação sexual que não seja a heterossexual.

Santos e Cruz (2014) apresentam que antes da década de 1950 não havia uma definição para as pessoas trans, tampouco diferenciação das mesmas de homossexuais, e que a discussão acerca da transexualidade tem seu ponta pé em 1953, quando o endocrinologista alemão radicado nos Estados Unidos, Harry Benjamin, declara que a cirurgia de transgenitalização seria a única solução para os pacientes diagnosticados como “transexuais verdadeiros”<sup>11</sup> (SANTOS; CRUZ, 2014).

No Brasil, a primeira cirurgia de transgenitalização, conforme apresenta Dias (2004), foi classificada como “mutilante – e não como corretiva – a cirurgia para troca de sexo. Tipificada como lesão, sob o ponto de vista penal, a conclusão a que se chegou foi que a intervenção feria o Código de Ética Médica” (DIAS, 2004, p. 135) pelo IV Congresso Brasileiro de Medicina Legal em 1974.

---

<sup>11</sup> O autor apresenta um esquema desenvolvido por Harry Benjamin, no qual os considerados “transexuais verdadeiros” são aqueles categorizados como de intensidade moderada ou alta. Os de intensidade moderada eram aqueles que almejam alterar seu corpo inclusive com cirurgia e tinham pouca libido, os considerados de intensidade alta eram aqueles que viviam, em seu cotidiano, como pessoas do outro gênero, que se viam como mulher e que estavam no corpo masculino, o que impedia sua felicidade.

A repercussão do procedimento cirúrgico levou à condenação de dois anos de reclusão ao cirurgião plástico Roberto Farina que foi absolvido, no decorrer do processo judicial, em 1979. O jurista que exarou o caso, Heleno Cláudio Fragoso, “entendeu que o réu atuou dentro dos limites do exercício regular do direito (art. 23, III, do CP), não praticando crime algum. Afirmou que a condenação revela *data venia a carga de reprovação moral própria do espírito conservador de certos magistrados*” (DIAS, 2004, p. 136 – grifos da autora). Ainda hoje, a transexualidade é vista como “um transtorno de gênero, uma enfermidade” (BENTO, 2008, p. 13) localizada na categoria F64 de Transtornos da identidade sexual, no grupo F60-F69 dos Transtornos da personalidade e do comportamento adulto, no Capítulo V – Transtornos mentais e comportamentais do Código Internacional de Doenças (CID). No ano de 2013, a Organização Mundial de Saúde (OMS) afirmou que haveria a retirada da transexualidade do CID, mas até a data deste trabalho (janeiro de 2017) a transexualidade segue sendo uma patologia.

### 3.3. TRAVESTIS

Leites Jr (2008) aborda as noções de perversos e pervertidos para adentrar na discussão acerca da denominação travesti. Levando em consideração as variantes de sexualidade e identidades possíveis, o autor traz em sua obra que eram chamados de perversos aqueles que tratavam de suas variantes dentro da ordem social imposta em determinado contexto, enquanto que aqueles que rompiam com essa ordem eram conhecidos como os pervertidos.

Desta forma, aqueles que estão mais próximos dos valores sócio-morais vigentes no período e sofrem com seus “transtornos” são os perversos e **os que, intencionalmente ou não, afrontam estes mesmos valores não considerando suas “disfunções” como um problema, mas como uma característica, são os pervertidos** (LEITES JR, 2008, p. 191 – grifos nossos).

É nesse sentido que o autor busca denominar as noções sociais do que se entende, muitas vezes, como travestis e transexuais. Enquanto a travesti “tenha mantido boa parte da periculosidade do antigo pervertido sexual” (LEITES JR., 2008, p. 192), a noção de transexual “evoca o trágico destino do perverso” (LEITES JR., 2008, p. 192).

Para compreender a noção da denominação travesti é preciso que se entenda que ela é muito mais antiga que a grande maioria das denominações atuais referentes às sexualidades (JESUS, 2012).

O termo “travesti” é antigo, muito anterior ao conceito de “transexual”, e por isso muito mais utilizado e consolidado em nossa linguagem, quase sempre em um sentido pejorativo, como sinônimo de “imitação”, “engano” ou de “fingir ser o que não se é” (JESUS, 2012, p. 16).

A denominação se origina na associação do travestir-se. O antropólogo Don Kulick conceitua em seu estudo de um grupo de travestis baianas a noção de travesti:

O termo 'travesti' deriva do verbo 'travestir-se', que pode ter o sentido de vestir roupas do sexo oposto (ou *cross-dress*, em inglês). Porém, **as travestis não se caracterizam apenas por usar roupas de mulher. A principal característica das travestis de Salvador, e de todo o Brasil, é que elas adotam nomes femininos, roupas femininas, penteados e maquiagens femininos, pronomes de tratamento femininos, além de consumirem grande quantidade de hormônios femininos** e pagarem para que outras travestis injetem até vinte litros de silicone industrial em seus corpos, com objetivo de adquirir aparência física feminina, com seios, quadris largos, coxas grossas e, o mais importante, bundas grandes. **A despeito de todas essas transformações, muitas das quais irreversíveis, as travestis não se definem como mulheres** (KULICK, 2008, p. 21 – itálicos do autor e grifos nossos)

O que atualmente chamamos de pessoas travestis foge à noção restrita ao verbo travestir-se, pois, como afirma Jesus (2012), as travestis nem sempre se travestem e grande parte das pessoas que se autoafirmam como travestis têm suas identidades muito mais próximas do que, cientificamente dentro da academia, acordou-se chamar de identidade transexual, uma vez que o termo travesti serve de guarda chuva para

crossdresser e transformista (drag queen ou drag king) para se **referir a dimensões específicas da vivência transgênero que não decorrem de aspectos identitários** (como a travestilidade ou a transexualidade), **mas funcionais, como o prazer e a diversão momentâneas** (JESUS, 2012, p.17 – grifos nossos).

Leites Jr (2008) afirma que os (efeitos de?) sentidos da denominação travesti na atualidade são reflexos do discurso científico que classificou com travesti as pessoas que, apesar de não se reconhecerem como homem, estão satisfeitas com sua genitália, enquanto as pessoas transexuais seriam aquelas que, mediante insatisfação com o gênero e o corpo, passam por processos cirúrgicos de transgenitalização. Na verdade, o que se passa, não é uma questão de corporalidade e sim de classe social. Muitas mulheres transexuais pobres não possuem condições, nem amparo de políticas públicas de saúde, que atendam a suas demandas corporais. Trata-se então de uma divisão de condições econômicas e não identitária. No entanto, há também, muitas mulheres travestis, como por exemplo militantes do movimento trans, que podem ser classificadas e categorizadas socialmente como transexuais e se identificam como travestis.

É importante ressaltar a abrangência e sutileza do poder do discurso médico em qualificar e validar normas e performatividades de gênero. **Assim, são excluídas da categoria de transexual as pessoas que consideram a si mesmas como transexuais, mas que não necessariamente desejam a cirurgia de transgenitalização,** nem sofrem de tendência a automutilação e autoextermínio, procurando apenas o acompanhamento terapêutico psíquico e hormonal, **ou mesmo aquelas que ficam impedidas legalmente de fazer a cirurgia como uma forma – talvez artística - de “modificação corporal extrema”, sem ter nenhum tipo de problema entre sua identidade de gênero e sua fisiologia,** buscando construir um outro corpo para tornarem a si mesmos um “homem com vagina” ou uma “mulher com pênis”, totalmente alheios ao discurso patologizante sobre tais desejos (LEITES JR, 2008, p. 194 – grifos nossos).

Dessa forma, podemos afirmar que a travesti é uma categoria de gênero sem uma definição delimitada em que se possa definir, por métodos exatos, qual pessoa o é e qual não é. As identidades do movimento trans, no qual as travestis se encaixam, carecem de mais estudos e maior compreensão dos próprios sujeitos que o são, para que compreendam suas próprias vidas e experiências e assim possam, de fato, se reconhecerem como homens homossexuais que sentem a necessidade corporal de transitar do dito socialmente como masculino para o feminino, ou de mulheres que, apesar, de se reconhecerem enquanto tal, não sentem a necessidade de processos cirúrgicos, dentre outras muitas possibilidades que a travestilidade abarca.

#### 4. TRAVESTI NÃO É BAGUNÇA!

Para as análises que nos propusemos objetivamos compreender como diz a CGN sobre as travestis em Cascavel, e para isso separamos o *corpus* da pesquisa em quatro grandes grupos. Nosso objetivo é perceber, dentro destes grupos, a qual (ou quais) FD(s) o discurso da CGN se inscreve, quais memórias são postas em circulação, e, portanto, quais sentidos se instalam a partir dessa(s) FD(s).

##### 4.1 NESSE VERÃO, EU DECIDI FAZER ALGO DE DIFERENTE

Organizamos as notícias segundo alguns enunciados. Em uma parte do *corpus* esses enunciados produzem sentido de que a travesti não ocupa a posição do *ser mulher*, tampouco a posição do *ser homem*. Noutra, a travesti é significada como vítima, no entanto, essa posição desliza para outros lugares possíveis desse sujeito ocupar: *ela é vítima (de alguma violência), mas....*

Outros enunciados produzem que a travesti é uma criminosa, e aqui nos interessa perceber como essa forma de significar este sujeito se instala na língua e no discurso. Quanto ao último grupo (ponto de partida que nos motivou para esta pesquisa), nos focaremos nos enunciados em que o nome social ou referência a ele aparece nas notícias veiculadas pelo portal.

As análises serão apresentadas conforme vão se repetindo, parafraseando-se e (re)significando-se, para percebermos de que forma se dão os sentidos e os possíveis deslizamentos de sentidos. Para isso, nos valeremos de algumas equações linguísticas<sup>12</sup> para entender qual é o espaço que a travesti ocupa na linguagem.

Três categorias de análise, são elas: a de Formação Discursiva, Formação Ideológica e Formações Imaginárias, serão utilizadas para compreender os efeitos de sentido e o discurso da CGN.

---

<sup>12</sup> Locução cunhada por Mariani (1998) e reutilizada por Soares (2006) que designa uma “equivalência de sentidos entre duas ou mais expressões produzidas e recorrentes no interior de uma determinada formação discursiva a partir de certas condições de produção de sentido” (SOARES, 2006, p.64).

Depois de três horas em um dos quartos, ele teria descoberto que **se tratava de um travesti e não de uma mulher** (CGN, Travesti chama PM para tentar receber de cliente, 2013 – grifos nossos).

Entender o espaço que a travesti ocupa na sociedade é conflituoso exatamente pela dificuldade em encaixá-la no sistema binário e dicotômico no qual a sociedade se constrói. Enquanto a travesti se reconhece pertencente ao gênero feminino e suas práticas sociais são de mulher, muitas delas não se reconhecem enquanto mulheres, muito menos se reconhecem como homens, ainda que muitas não passem pela cirurgia de transgenitalização<sup>13</sup>. Nesse sentido, buscamos entender como esse (não)lugar da travesti é marcado nas notícias da CGN.

Não raras são as vezes em que a travesti é significada a partir de uma formação discursiva estritamente biológica. O seu sexo biológico determina a sua identidade como homem. Nada mais confere sentidos a este sujeito fora das amarras sexuais. Ela é toda o seu sexo.

SD(10): A vítima foi uma mulher, que contou aos policiais militares, ter sido abordada por quatro pessoas, sendo **três homens e uma mulher – um dos homens seria travesti** – de acordo com as informações repassadas por ela. (CGN, Mulher perde R\$ 1 mil em golpe do bilhete premiado 2012 – grifos nossos)

O que nos interessa observar, primeiramente, na SD(10), é a formação imaginária sobre a travesti. Quando a notícia anuncia que a vítima foi abordada por quatro pessoas e segue dizendo que dentre elas havia três homens e uma mulher - um dos homens seria travesti, já podemos propor uma primeira análise de um imaginário, no qual a travesti é homem. Esse imaginário se dá frente à identificação segundo sua biologia e não sua identidade de gênero. A identidade de gênero, no caso das pessoas trans não decorre, como afirma Dias (2004), da anatomia, senão de outros processos identitário.

---

<sup>13</sup> Chamamos de cirurgia de transgenitalização cirurgias de transição realizadas, em grande maioria, por mulheres transexuais que nascem com o corpo biologicamente de macho e que não se identificam com esse corpo. Os processos cirúrgicos descritos por Franco et al (2010) dão conta de compreender a complexidade do procedimento e um possível motivo de muitas travestis não se interessarem por esse processo.

**A identificação do sexo é feita no momento do nascimento pelos caracteres anatômicos**, registrando-se o indivíduo como pertencente a um ou a outro sexo exclusivamente pela genitália exterior. No entanto, **a determinação do gênero não decorre exclusivamente das características anatômicas**, não se podendo mais considerar o conceito *sexo fora de uma apreciação plurivetorial, resultante de fatores genéticos, somáticos, psicológicos e sociais* (DIAS, 2004, p. 134-135 – itálicos da autora e grifos nossos)

Dessa forma, a formação imaginária que é percebida na SD(10), da travesti como um homem, demonstra uma ligação estreita, no imaginário, de sexo e gênero, como um desembocando no outro de maneira direta, quando o último é resultado de tantos outros fatores que extrapolam o caráter biológico.

Por meio do verbo no futuro do pretérito *seria*, cabe-nos a questão do que poderia significar dizer que um homem seria travesti. Isto é, quais os efeitos de sentidos possíveis com este verbo? Para além da constatação de que, de fato, uma das quatro pessoas era uma travesti, podemos pensar também que a própria vítima não sabia, ao certo, se uma das quatro pessoas era uma travesti. Ou, ainda, que a equipe de reportagem não confiava totalmente neste relato, dada a ressalva de acordo com as informações repassadas por ela.

Assim, percebemos algumas formações imaginárias acerca da travesti por meio da SD(10). Em primeiro lugar, a imagem que se faz da travesti é de um homem, mas que, não se sabe, ao certo, se era, de fato ou não, uma travesti.

Ainda, no que tange à formação imaginária da travesti, podemos perceber a maneira como a travesti é ligada à criminalidade, no caso em questão, um ato criminoso que fez uma vítima. Todo esse processo das formações imaginárias é um resultado, como afirma Orlandi (1998), de um trabalho simbólico com relação à exterioridade, um trabalho simbólico com uma direção histórica e social, mas caberia dizer ideológica e cultural, também:

**Não há sentido que não tenha sido produzido em condições específicas**, em uma relação com a exterioridade, com uma direção histórico-social que se produz em relações imaginárias que derivam de um trabalho simbólico (ORLANDI, 1998, p. 75 – grifos nossos)

Por meio dos termos e expressões utilizadas, podemos agora perceber a qual FD a SD(10) se inscreve. Uma vez dito que dentre as quatro pessoas só havia uma mulher e na sequência dito que um dos homens seria travesti, a FD que é mobilizada para o discurso da CGN é aquela que não afirma a travesti como uma mulher. O que essa FD revela, também, é uma noção supostamente intrínseca de sexo e gênero, que determinadas características biológicas levariam, automaticamente, a esta ou àquela identidade, quando, na verdade, a sequência “sexo-gênero-sexualidade” não é um processo dado, a-histórico e binário (LOURO, 2004), pelo contrário, é uma construção social e cotidiana.

SD(11). **O travesti** que morreu atropelado na madrugada de domingo (21) no Centro de Cascavel respondia por uma tentativa de homicídio. Elias Rodrigues dos Santos, 23 anos, era acusado de ter esfaqueado Cleber Abrão Rodrigues Trindade. (CGN, Confusão com travesti vira caso de polícia 2013)

Visto que nosso objetivo é analisar as formações imaginárias da CGN sobre as travestis e o que esse imaginário diz sobre a relação entre sexo, gênero e identidade sexual, começaremos pela presença do artigo definido masculino “O” antes da palavra travesti, que acusa a reafirmação do que já analisamos na notícia do ano anterior: no imaginário da CGN travestis são homens.

Jesus (2012) chama a atenção para como esse processo da identificação por meio da marcação de gênero é importante para a construção de gênero das travestis:

É importante ressaltar que a maioria das travestis, independentemente da forma como se reconhecem, **preferem ser tratadas no feminino, considerando insultoso serem adjetivadas no masculino** (JESUS, 2012, p. 17 – grifos nossos)

Dessa forma, o modo de dizer pelo qual a CGN faz uso para marcar o gênero das travestis, na maioria das vezes, vai de encontro com a forma como elas se reconhecem e se sentem melhor.

Adiante, no texto, temos a construção da notícia da travesti que faleceu em um acidente e que era acusada de homicídio. Novamente, remonta-se um imaginário da travesti ligada diretamente à criminalidade.

A partir do momento que o nome de registro da travesti é noticiado, podemos sinalizar para qual FD o discurso desta notícia e, conseqüentemente, da CGN, se inscreve: A FD de que travestis são homens. No decorrer da notícia da qual a SD foi extraída, em momento algum o nome social, que é o ponto de partida para delimitarmos o tempo do corpus desta pesquisa, é utilizado ou mencionado.

Dessa forma, podemos afirmar que a FD à qual o discurso da CGN se inscreve são aquelas formações que negam o caráter identitário da travesti.

SD(12): Segundo a Polícia Militar, que esteve no local para registrar a ocorrência, o homem contratou os serviços **achando que se tratava de uma mulher**, mas ao **“perceber o engano”** não quis pagar pelo serviço (...) a vítima que solicitou a polícia no local não quis repassar outras informações porque disse que é **casado** (CGN, Briga com travesti no motel termina em danos 2014 – grifos nossos).

A partir da SD(12), o que, primeiramente, nos chama a atenção é o uso das aspas, um processo de heterogeneidade discursiva (AUTHIER-REVUZ, 1990), produzindo efeitos de sentido para a denominação que poderiam não ser postos em cena sem as aspas. O uso das aspas faz emergir outros sentidos para o engano do cliente. O engano em questão é a compreensão de que a travesti não seria uma mulher, evidenciando, novamente, aquele discurso de que travestis são homens. É importante, no entanto, os sentidos que o uso do substantivo engano produz: não é mulher mas produz engano. Também não é homem mas produz engano. O engano como uma falsa promessa, como uma falsa sedução, como uma cilada. E a travesti como agente desse engano. O engano está nela.

Percebemos uma inversão da posição da vítima na SD(12). Se a travesti que não recebe por seu serviço e é lesada por isso, ela, ainda, não pode ser a vítima. A vítima é o homem casado que só foi “perceber o engano” depois de contratar os serviços da travesti. Em qualquer outra relação comercial ou de ofertas de serviços, a vítima seria aquela que presta os serviços e não é paga, mas, por meio desta SD, percebemos que com a travesti não funciona assim.

Ao mesmo tempo em que a travesti não é mulher, no discurso da CGN, ela também não é homem:

SD(13): os PMs do Setor Tropical constataram que na realidade houve uma confusão **entre um travesti e um homem**. Segundo os policiais **o travesti** disse que combinou um programa com o cliente por R\$ 150, mas ele pagou apenas R\$ 50, então foi ao banco pegar o dinheiro para pagar o resto, mas mudou de ideia e resolveu ligar para a polícia. **Já o homem** falou aos PMs que pagou os R\$ 150 e o travesti estava exigindo mais R\$ 700 (CGN, PM atende confusão entre travesti e cliente, 2014 – grifos nossos).

Os paralelos linguísticos criados ao decorrer da notícia em que a travesti é posta num polo e o homem em outro, põem em cena efeitos de sentido de que travesti não são homens.

Propondo-nos a um exercício de nos questionarmos a razão de termos “uma confusão entre um travesti e um homem” e não uma confusão entre uma travesti e um homem, os efeitos de sentido que são trazidos à tona são os já observados: travestis não são mulheres. No entanto, a confusão não foi entre dois homens, o que nos revela que a travesti não é homem. Nessa perspectiva, os efeitos de sentidos que emergem até aqui são de que a travesti não é homem, nem é mulher, talvez um terceiro gênero.

Talvez as travestis são sim mulheres, mas não as mulheres trans, que passam pelo processo de transgenitalização, tampouco as mulheres cis, que já nascem com vulva? Nosso objetivo não é esgotar essa discussão na pretensão de responder a essas perguntas, nosso objetivo é entender o porquê das travestis serem ditas dessa forma e não de outras.

SD(14): Carlos Bertollo tinha saído de casa para levar um caminhão para vender e quando retornava a pé, disse que garotas de programas e **travestis** tentaram o assaltar. **Um deles** teria tentado pegar a carteira que estava no bolso da camisa, a vítima revidou e acabou ferida (CGN, no Alto Alegre. Cascavel: CGN, 2015 – grifos nossos).

Novamente, as travestis são apartadas de um grupo maior do que conhecemos como os gêneros estabilizados (homem ou mulher). O que significa dizer que “garotas de programa e travestis tentaram o assaltar”? Entendemos que a separação das travestis dos demais revela a compreensão que se tem do *ser travesti*.

Por meio do trecho *um deles* percebemos que o agente da agressão que

a vítima sofreu não pode, dadas as regras gramaticais do uso da língua, ser referenciado às garotas de programa. O único referente possível para *um deles* é travestis. Travesti não é homem. Travesti não é mulher, pois a travesti não é garota de programa. Mas a travesti é algo: é ela quem deixa feridos.

A travesti é uma mescla dos gêneros que se torna recorrente no discurso da CGN, como na SD(15).

SD(15): **Um adolescente foi apreendido** no fim da tarde de hoje na Rua Topázio, na região do Bairro Esmeralda, em Cascavel. Contra **a travesti** havia **mandado de busca e apreensão** expedido. Inicialmente, **a menor** de idade resistiu à **apreensão**. **A jovem** foi **encaminhada** para o Cense. **A travesti foi abordada** durante **patrulhamento** (CGN, morre dentro do carro no Alto Alegre, 2016 – grifos nossos).

Na SD (15), a travesti é apresentada por meio do artigo indefinido masculino um, no entanto, nos demais momentos é retomada por substantivos acompanhados de artigos definidos femininos.

Essa variação nas escolhas lexicais pode significar que a CGN não tem certeza sobre como referenciar a travesti em suas notícias. Dessa forma, o que podemos perceber é que a travesti ocupa o lugar da desordem linguística, visto que há a possibilidade na língua do uso tanto do artigo feminino quanto masculino, mas que, na mobilização de um ou do outro, há a interpelação do ideológico nessa língua, do histórico e da memória.

Além disso, há os jargões policiais que deslizam para o discurso da CGN. Isso põe em cena a travesti aliada à criminalidade, um elemento muito forte nas notícias do portal de informação.

**O travesti vai responder pelo crime** (CGN. Travesti furta camarão, picanha e filé mignon, 2014 – grifos nossos)

Não são raros os momentos em que as travestis e a criminalidade dividem os títulos de notícias da CGN. A prostituição é a profissão que sobra para a maioria das travestis, não só em Cascavel, e o espaço que a prostituição ocupa, principalmente na linguagem, sempre dividiu a rua com a criminalidade, não só para as travestis, mas para qualquer pessoa que acabe, por escolha ou por falta dela, aderindo a essa profissão. Essa aproximação produz efeitos de sentido da

prostituição nivelada a práticas criminosas em discursos como: *podia estar roubando, matando ou me prostituindo, mas...*

Garcia (2008) afirma que entre os anos de 1890 e 1930 a referência da prostituição à criminalidade era bastante evidente e que, não por acaso, a perseguição, por parte da polícia, às prostitutas tornou-se uma medida de contenção à criminalidade. Nas décadas de 1970 a 1990, era comum a polícia perseguir e prender travestis, como retrata o episódio sobre travestis do programa Comando da Madrugada do jornalista Goulart de Andrade<sup>14</sup>, e dessa realidade surge a marca de identidade mais comum das travestis: a presença da navalha.

Por estarem comumente sujeitas aos mandos e desmandos da força policial, as travestis encontraram na automutilação uma saída para não serem presas e ficarem dias na prisão: guardavam navalhas dentro da boca, na região lateral e, assim que a polícia chegava, cortavam-se, pois sabiam que os policiais não poderiam prendê-las, ao invés disso eram orientados, segundo o protocolo policial, a levá-las para o hospital. No episódio supracitado, algumas travestis contam como, em pouco tempo, essa prática passou a ser um passatempo para alguns policiais, que exigiam que elas se cortassem mais e mais, fazendo com que as cicatrizes na pele fossem a marca da resistência travesti.

Nesse sentido, trataremos de observar nessa segunda parte de nossas análises, de que forma funciona o discurso da CGN no que se refere às travestis e à criminalidade, no intuito de perceber a recorrência desse discurso, visto que a repetição de discurso revela que ele produz sentido na sociedade.

SD(16): Segundo a versão do dono do carro, que não quis ser identificado, **ele saiu de casa após uma discussão com a esposa** e na Rua Europa, no Bairro Periolo, parou para ajudar **'um casal'** (um homem e um travesti) que estava com um carro sem combustível. Ele deu carona e a caminho do posto de combustível os dois teriam pedido a ele para levá-los até a Avenida Brasil, próximo ao McDonald's, onde iriam pegar dinheiro com amigos deles, para aí então poder abastecer. Porém, no endereço indicado, **outras cinco pessoas aguardavam e entraram todos no Siena e o renderam** (CGN, Homem é abandonado amarrado e tem o carro roubado, 2012 – grifos nossos).

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=70hpKzDPOwk>> acesso em 20 de set. de 2016.

Nos chama a atenção que, assim como já percebemos na SD(12), novamente, um homem casado esteja envolvido em uma situação que envolve travestis. Quando pomos em comparação a SD(16) e a SD(12) percebemos a recorrência desses discurso sobre a travesti. Fernanda Riquelme narra sobre a relação das travestis com seus clientes nos espaços de prostituição e para além dele: “Os homens nos queriam, desejavam, mas não nos queriam ao mesmo tempo. Nos amavam, nos desejavam, mas também nos perseguiam, nos odiavam” (RIQUELME, 2013, p.62).

Dessa forma, o algo que se mantém, o dizível e a memória, é a busca, o desejo, o querer depositado sobre a travesti, mas, não em qualquer espaço, nem a qualquer momento. Ainda em tempo, observemos a recorrência desse desejo, busca e querer vir de homens casados. O que percebemos ao longo desta pesquisa é que a travesti não tem acesso a todos os espaços, que seus locais de atuação, enquanto sujeito, são restritos. E é nesses espaços em que elas podem ser desejadas, em outros que não sejam, talvez, a rua, a noite ou a esquina, ela será rejeitada, perseguida e odiada.

Referente à criminalidade, Leandra Nikaratty conta sobre os atos criminosos cometidos para ser aceita dentro dos grupos de prostituição: “Quando eu caí na prostituição, eu conheci várias travestis mais velhas que não eram muito certas. Elas eram “bagaceiras”, loucas, drogadas, ladronas. Elas paravam um carro e entravam em cinco para roubar os clientes” (Nikaratty, 2013, p.49). Coincidentemente, esses discursos fazem parte do discurso da CGN, das travestis criminosas evidenciando uma situação social a qual muitas travestis submetem-se para poder trabalhar e sobreviver.

Na SD(17), teremos a denominação um casal que é mobilizado para o discurso da CGN sem o uso das aspas. Nesse sentido, analisaremos: por que ‘um casal’ é diferente de um casal? As aspas revelam no discurso a presença do outro, do discurso do outro, observação trazida por Authier-revuzs (1990) e utilizada em AD. Se tomarmos por casal uma união entre duas pessoas, podemos dizer que qualquer par poderia ser um casal, no entanto não parece ser esse o posicionamento da CGN, nem de boa parte da sociedade.

SD (17): **Dois travestis foram presos** suspeitos de **roubarem um casal** - um homem de 60 anos e uma mulher de 57 anos, no Bairro Santo Onofre, em Cascavel (CGN, Travestis são presos suspeitos de roubar casal, 2013).

Partindo da SD(17), o casal é descrito conforme os padrões heteronormativos da sociedade, isto é, a união entre um homem e uma mulher, já, na SD(16), o que temos é um quase casal, ou, se é um casal, não é um casal 'normal'.

Quando na SD(16) 'um casal' é usado com as aspas, analisamos a forma como é deslocado no discurso. Percebemos que um homem e um travesti podem ser 'um casal' e é 'um casal' porque não são dois homens. Mas, ao mesmo tempo, um travesti e um homem não pode ser um casal (sem as aspas), porque um casal é formado por um homem e uma mulher, como na SD(17). Nesse sentido, o uso das aspas revela a presença do outro que considera o casal formado pela travesti e o homem um semi casal, um quase casal.

O que concluímos dessa análise das SD(16) e SD(17) é complemento daquilo que nos dispomos a compreender desde o começo dessas análises: travesti não é mulher.

SD(18): Um mototaxista relatou que por volta das 21h50 passou pelo local e viu o carro parado, batido na árvore, **rodeado por travestis, que tentavam abrir uma das portas e mexiam dentro do veículo**. Um celular de Olivino sumiu e a carteira estava apenas com cartão de crédito e talão de cheque (CGN, Homem morre dentro do carro no Alto Alegre, 2014 – grifos nossos).

O modo como a travesti é utilizada no discurso da CGN mobiliza efeitos de sentido que alocam a travesti no espaço da criminalidade, um mesmo espaço ocupado por bandidos e organizações criminosas. A cena construída no discurso do portal de informação retrata uma cena marginal das travestis rodeando o carro, o que se concretiza com o verbo *mexiam*.

SD(19): No local, **um homem de 68 anos foi ferido por um travesti [...]** O **idoso** alega que estava parado no semáforo, **o travesti entrou no veículo**, pegou o facão e passou a agredi-lo. **Já Jhonatan disse que agrediu o homem porque ele não quis pagar o programa** (CGN, Travesti corta mão de idoso com facão, 2014 – grifos nossos).

A partir da SD(19) podemos observar uma nova recorrência, isso é, um dito que é retomado no discurso da CGN. A faixa etária das pessoas que são vítimas das travestis criminosas é acima dos 50 anos. Os efeitos de sentidos possíveis de serem analisados é que as travestis são violentas e perigosas, pois elas entram, no sentido de invadir, em veículos para cometer seus crimes, retomando o relato de Leandra Nikaratty. No entanto, quando a voz da travesti é evidenciada no discurso, percebemos que a travesti criminosa tem seu delito motivado por uma quebra no acordo comercial feita por ela e o cliente. Que sua entrada no veículo não é invasiva, mas sim a convite do cliente na busca do serviço prestado por ela: o programa.

A realidade dos clientes que acordam um preço com as travestis e em dado momento decidem que não pagarão pelo acordo é comum, não só nas notícias da CGN, mas na sociedade. São famosos os vídeos que circulam pela internet de travestis que ficam agressivas e violentas quando desrespeitadas em suas batalhas<sup>15</sup>, o mais famoso é, talvez, da travesti que ficou famosa no Brasil pelo jargão “*Tá pensando que travesti é bagunça?*” em um episódio<sup>16</sup> do programa (esse televisivo) *Profissão Repórter*, da Rede Globo.

Ainda na SD(19), há uma denominação que faz emergir efeitos de sentido que podem causar comoção popular e que não podemos deixar de notá-lo e analisá-lo: idoso. A imagem do idoso em nossa sociedade produz determinados efeitos de sentidos negativos quando este é posto em perigo ou situações de constrangimento. Há, inclusive, leis que defendem a integridade física, psicológica e moral do sujeito idoso em nossa sociedade (Lei No 10.741, de 1º de outubro de 2003).

Nesse sentido, nos interessa a inversão de situações que entram em jogo quando esse cliente que se recusa a pagar pelo serviço da travesti é um idoso. E esse cliente é agredido pela travesti.

---

<sup>15</sup> O termo batalha refere-se à atividade da prostituição, conforme apresentam Joseli Maria Silva, Marcio Jose Ornat e Alides Baptista Chimin Junior na obra *Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços* (2013) no qual participaram da organização e em sua primeira parte conta com relatos orais feitos exclusivamente por travestis,.

<sup>16</sup> Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=RaE\\_QbEQZUM](https://www.youtube.com/watch?v=RaE_QbEQZUM)> acesso em 25 de set. de 2016.

**Travesti é esfaqueado** (CGN. Acusado de esfaquear travesti é apreendido, 2014 – grifos nossos).

Estar submetida a uma profissão como única opção faz com que as travestis estejam também submetidas a toda forma de violência e opressão em seus espaços de trabalho. O que pretendemos é compreender de que forma a violência aparece nos enunciados da *CGN*.

O exercício de compreender o gênero das travestis foi essencial para entender de que forma elas ocupam um espaço de marginalidade na linguagem e como, concomitante a esse movimento, elas são retratadas na marginalidade social. Pretendemos perceber se essa marginalidade é presente mesmo nos momentos em que a travesti é agredida.

SD(20): **Um travesti**, identificado como Antônio Marcos Soares, de 23 anos, **foi esfaqueado** nas **proximidades do Estádio Olímpico Regional**, no Bairro Santo Onofre. Mesmo ferido, **ele foi até a casa de um amigo no Bairro Esmeralda** (CGN, Travesti é esfaqueado por dois adolescentes, 2014 – grifos nossos).

O gênero da travesti continua sendo uma grande problemática dentro do discurso do portal de informação. A incompreensão e/ou dificuldade em marcar na linguagem é evidente no discurso. Se por um lado as travestis não são de gênero feminino, não é também unanimidade, como percebemos nas análises até aqui, que elas sejam de gênero masculino. Mas, o que nos interessa analisar nesse momento são as formas de agressão que as travestis sofrem e como essas formas são retratadas no discurso.

Superficialmente, a notícia da qual extraímos a SD(20) relata uma ação direta e consistente, mas pelos meandros da linguagem podemos perceber que outros sentidos estão ali alocados. Na produção do discurso jornalístico, costuma-se responder a questões rápidas: O quê? Quando? Onde? Com quem? Por quê? E é a partir das respostas dessas perguntas breves que podemos entender o contexto em que a notícia acontece. Na SD(20), uma travesti é esfaqueada nas proximidades do Estádio Olímpico, na cidade de Cascavel.

É sabido, pelos moradores da cidade, que a região que abrange o Estádio Olímpico até o Parque da Expovel<sup>17</sup> é muito próxima da Avenida Tancredo Neves, principal avenida de prostituição de Cascavel. A partir desses dados geográficos de Cascavel, podemos começar a propor efeitos de sentidos de que, no discurso da CGN, a travesti, mesmo quando vítima, é responsável pela agressão que sofre por estar em espaços de perigo e marginalidade.

As travestis buscam dentro de seus grupos de amigadas e afeições o consolo para as agressões sofridas, contrariando um pensamento social de buscar em hospitais o atendimento médico. Tanto Nikaratty (2013) quanto Riquelme (2013) afirmam que dentro dos laços de amizade entre as travestis existe uma noção de afetividade familiar e de ajuda recíproca. Riquelme (2013) narra um evento da morte de uma travesti por falta de atendimento médico:

Depois eu conheci a Néri, (...) Era uma travesti mesmo (...) Ela tinha seio, ela tinha dentes lindos, um cabelo comprido, ela era muito linda. Só que ela morreu aqui em Ponta Grossa, se acidentou ainda quando existia o Posto Presidente. Ela foi a um casamento com a patroa dela e elas se acidentaram perto do Posto Presidente. **Só que ela não morreu no acidente, ela faleceu porque o hospital [nome ocultado] não quis atender ela.** Levaram ela para outros hospitais e aconteceu a mesma coisa, nenhum hospital quis atender ela, **justamente por ser homossexual e por ser uma travesti assumida. Ela sofreu por falta de assistência** (RIQUELME, 2013, p. 58 – grifos nossos)

Nossa hipótese é que a formação imaginária que a travesti tem da unidade hospitalar é que esta a tratará conforme sua biologia e não sua identidade, o que faz com que elas tenham, muitas vezes, resistência a buscar por esse atendimento.

SD(21): A vítima foi um travesti. Ele **estava parado na esquina quando um motociclista passou pelo local e o acertou com a pedrada** (CGN, Travesti é ferido com pedrada, 2013 – grifos nossos).

Se estar nas proximidades de um área conhecida de prostituição torna a travesti responsável pela agressão que sofre, nas SD(21) e SD(22), essa

---

<sup>17</sup> A EXPOVEL é a Exposição e Feira Internacional Agropecuária, Industrial e Comercial de Cascavel.

realidade se acentua. É sabido que a esquina é o local de maior concentração da prostituição, na obra *Geografias Malditas: corpos, sexualidade e espaços*, as quatro travestis que participam da construção dando relatos de suas vivências, afirmam que as principais disputas dentro da prostituição de travestis é a esquina. No entanto, a esquina, no discurso da *CGN* assume uma nova posição, a de pôr-se em perigo.

Se a travesti é agredida por um motociclista com uma pedrada por estar na esquina, constrói-se um discurso de que a travesti está sujeita a toda e qualquer agressão. Talvez mais que isso, os efeitos de sentidos que emergem é que toda e qualquer agressão possa ser cometida e explicada contra a travesti parafraseando um discurso que tem ganhado espaço na sociedade nos últimos anos: o problema é sempre a vítima que se coloca em perigo, pois gente de bem não fica na esquina nem sai na rua à noite.

SD(22): Ao frear bruscamente o Gol acabou rodando na pista e bateu no Palio. Após o acidente **o Gol acabou atropelando um travesti que estava na calçada** e invadiu uma empresa de corretora de imóveis (...) **O travesti que foi atropelado não resistiu aos graves** ferimentos e também **morreu** (...) **O travesti não foi identificado no local** (CGN, Grave acidente termina com duas mortes, 2013 – grifos nossos).

Na SD(20), a travesti foi agredida nas proximidades de uma área de prostituição. Na SD(21), a travesti está em seu local de trabalho de prostituição. Em ambas, o discurso é construído de forma a contextualizar e fazer aparecer o discurso de responsabilidade da travesti pela violência sofrida. O mesmo acontece na SD(22) em que a travesti está na calçada.

Estar na calçada significa, igualmente, pôr-se em perigo. A travesti, diferente das demais pessoas, no discurso da *CGN*, precisa ser evidenciada enquanto travesti. Os (efeitos de) sentidos que analisamos são de um discurso que julga como necessário estabilizar a travesti na marginalidade, seja ela social, linguística ou moral.

**Conhecido como 'Rebeca Boneca'** (CGN, Travestis acusados de tentar matar são presos, 2014 – grifos nossos)

O despertar do desejo por essa pesquisa partiu do desconforto da maneira como as travestis eram postas no discurso pela *CGN*, as formas

discursivas mobilizadas para deslegitimar suas identidades e gênero, reduzindo toda sua representação ao nível biológico.

O nome social, partindo da resolução supracitada nesta pesquisa, é um meio, para muitas travestis de marcar sua identidade. No entanto, o portal de informação, para além do nome social, costuma revelar os nomes de registro das travestis. O que pretendemos, por fim, é perceber como isso acontece e como isso pode refletir na construção de um imaginário social da travesti.

SD(23): **O travesti** Denilson Geraldo Brita, 23 anos, que prefere ser chamado de **Daniele** Benucci esteve hoje no IML (Instituto Médico Legal) onde passou por exames. **Ela** também registrou mais um Boletim de Ocorrências por ameaça (CGN, Travesti diz que tem medo de ser morta, 2014 – grifos nossos).

É interessante observar, na SD(23), o choque de duas FDs, marcando a não divisão entre as duas, de modo que o sentido se constrói na fronteira porosa da FD (PÊCHEUX, 2014c). O excerto é iniciado, assim como os anteriores, utilizando o artigo definido masculino O antes da denominação travesti, fazendo emergir no discurso aquela FD que travestis não são mulheres. No entanto, na última oração, a travesti é retomada pelo pronome pessoal de terceira pessoa feminino: Ela, revelando uma outra FD, que diferente da primeira, compreende que travestis *não* são homens. É de grande importância para nossa análise que observemos os nomes eleitos pela CGN, percebendo qual nome é usado, de registro ou social. Primeiramente, é apresentado o nome de registro da travesti, para em seguida aparecer o que nos interessa: o nome social da travesti.

Visto que nosso ponto de partida é o acontecimento discursivo que a Resolução SESA 188 causa na memória discursiva, perceber que a travesti passa a ser chamada pelo pronome ela reflete uma mudança. Em relação ao evento que a SD(23) traz, outras duas notícias do dia anterior abordam o mesmo caso de Daniele. As duas notícias anteriores se inscrevem primordialmente na FD que travestis não são mulheres, uma vez que Daniele é citada, inserida e retomada por artigo (SD(24)) ou substantivo (SD(25)) masculinos:

SD(24): **Um travesti foi esfaqueado** pelo ex-namorado na manhã de hoje (27), na Rua Belo Horizonte nas proximidades da Rua Nereu Ramos, no Bairro Neva, em Cascavel. (CGN, Travesti é esfaqueado pelo ex-namorado, 2014 – grifos nossos)

SD(25): A Polícia Militar apreendeu em flagrante **o adolescente de 15 anos acusado de esfaquear o ex-namorado** dele na manhã de hoje (27), no Bairro Neva, em Cascavel. (CGN, Acusado de esfaquear travesti é apreendido, 2014 – grifos nossos)

Tanto na SD(24), quanto na SD(25), a FD em que a CGN se inscreve é aquela que crê que travestis são homens, o primeiro momento em que essa FD cede espaço a outra é na SD(24). A presença das duas FDs impede que afirmemos que a CGN se inscreve prioritariamente em uma FD ou em outra.

Para além da questão do gênero da travesti, percebemos a posição do nome social dentro do funcionamento do discurso da CGN. Enquanto a resolução propõe o uso do nome social, o meio de informação burla esse sistema e apresenta, para além desse item, também, o nome de registro, o que pode ser ofensivo e negligente às identidades das travestis. Tomando como base o que diz Fernanda Riquelme, travesti, acerca do processo de construção identitária de uma travesti, a começar pelo seu nome:

Hoje me chamo Fernanda Riquelme. **Falo “hoje” porque na vida da travesti o nome tem muita importância**, estando relacionado àquilo que vivemos. É devido a isto que algumas travestis mudam de nome, dependendo do tempo ou local em que estão. **Meu primeiro nome foi Mila Moreira, para depois utilizar o nome de Farah Fawcett**. Tinha este nome porque eu era parecida com a atriz que tinha o mesmo nome e que era uma das detetives particulares das chamadas “Panteras”. **Já fui Fernanda Kimball e agora sou Riquelme, que é meu nome de família** porque voltei para a casa da minha mãe, para cuidar dela (RIQUELME, 2013, p. 55 – grifos nossos).

A construção identitária se dá por meio de seu espaço e tempo de trabalho e é marcado no discurso por meio do nome que a travesti escolhe, monta, toma e/ou constrói para si. Nesse sentido, o que se percebe é que essa identidade é desconsiderada, e a única válida no discurso da CGN é a do registro. A maneira como o nome social é apresentada realoca esse nome, não mais como identitário, mas como um nome fantasia, informal, como um apelido.

A CGN, em outras notícias que retratam a criminalidade, costuma valer-se dessa construção “conhecido como” para revelar o apelido ou nome social dado aos criminosos. No entanto, no que tange à questão das travestis, não se

trata, muitas vezes, de um apelido e sim de suas identidades que são postas em segundo plano. O portal de informação atende à necessidade de informar o nome social da travesti, mas dá um passo a mais que não se faz necessário, informa, também, o nome de registro das mesmas.

**SD(26): Márcia é do sexo masculino, mas conseguiu na Justiça o direito de mudar o nome.** Márcia responderá pelos crimes de tráfico de drogas, favorecimento a prostituição, casa de prostituição, extorsão e rufianismo (tirar proveito da prostituição alheia) (...) **Ela disse** que mora há três anos em Cascavel e negou o crime para a delegada, alegando **que tinha a pensão para ajudar os travestis** que são discriminados (CGN, Acusada de explorar travestis segue presa, 2014 – grifos nossos).

Marcia é a única que não tem seu nome de registro revelado, pois ela possui um poder que as demais não possuem: o direito de mudança de nome. Mas a *CGN* força em seu discurso o lugar de travesti a Márcia, pois Márcia é do sexo masculino e, ainda, justifica duas coisas: a contradição de Márcia e masculino e o porquê não pode revelar o nome original de Márcia.

As denominações usadas para as travestis, ao longo de todas as SDs selecionadas para esta pesquisa, indicam as formações discursivas nas quais o discurso da *CGN* se inscreve. Para além das questões de gênero e nome social, a posição que a travesti ocupa na linguagem, e no discurso, são de marginalidade, ainda quando ela é vítima, que se coloca em perigo.

A seguir, apresentamos um quadro com as denominações segundo cada uma das vinte e seis sequências discursivas, para compreendermos como os efeitos de sentidos sobre as travestis são produzidos.

## 4.2 QUADRO DE DENOMINAÇÕES

<b>SD</b>	<b>DENOMINAÇÕES</b>
01	Travesti ≠ Menina Transexual ≠ Menina Travesti = barrada na casa noturna Travesti e Transexual = briga
02	Travesti = briga
03	Travesti = prostituição Travesti = corrupção de menor Travesti = presença da polícia
04	Travesti = eles Travesti = desocupados Travesti = masculino Travesti = abandono Travesti = presença da polícia
05	Travesti = agressor Travesti = masculino
06	Travesti = maldade Travesti = desrespeitada
07	Travesti = pode ser tratada feito um lixo Travesti = pode ser desrespeitada Travesti = alcoólatra Travesti = drogada
08	Travesti = agressor Travesti = masculino Travesti = presença da polícia
09	Travesti = confusão Travesti = masculino Travesti = programa = prostituição
10	Travesti = homem Travesti = crime Travesti = presença da polícia
11	Travesti = masculino Travesti = homicida Travesti = esfaqueador
12	Travesti ≠ mulher Travesti = engano Travesti ≠ vítima Homem casado = vítima Travesti = presença da polícia
13	Travesti = masculino Travesti ≠ homem Travesti = extorsionista Travesti = presença da polícia
14	Travesti = assaltante Travesti = agressiva
15	Travesti = ficha criminal Travesti = ameaça à ordem

	Travesti = presença da polícia
16	Travesti ≠ homem Travesti = crime
17	Travestis = crime
18	Travesti = arrombamento Travesti = roubo
19	Travesti = masculino Travesti = agride idosos Travesti = invasor Travesti = violento Travesti = não tem nome social Travesti = não pago
20	Travesti = masculino Travesti = esfaqueado Travesti = local de prostituição Travesti = resistente a atendimento médico
21	Travesti = masculino Travesti = apedrejado Travesti = esquina = local de prostituição
22	Travesti = masculino Travesti = atropelado Travesti = calçada à noite = local de prostituição Travesti = morte
23	Travesti = masculino Travesti = feminino Travesti = vítima de agressão Travesti = Boletim de ocorrência = Presença da polícia
24	Travesti = masculino Travesti = esfaqueado
25	Travesti = homem (ex-namorado)
26	Travesti = sexo masculino Travesti = Direito legal ao nome social Travesti = feminino Travesti = crime Travesti = tráfico de drogas Travesti = prostituição (casa/favorecimento à) Travesti = rufianismo Travesti = discriminação

Como se pode perceber, as denominações no discurso da CGN produzem efeitos de sentido recorrentes da travesti ligada a espaços de prostituição ou à presença da polícia. De outra forma não é possível. A travesti marca seus espaços e território como de prostituição, próximo ao estádio, na calçada, na esquina. Uma vez que essa profissão é uma das poucas que sobram para que a travesti sobreviva, a travesti passa a ser normatizada no discurso da prostituição.

A travesti também traz, colado em sua denominação, outros efeitos de sentido como da criminalidade em vários níveis, desde assaltante, homicida, até traficante, dentre outros, e por esse motivo a presença da polícia é também inevitável.

## 5. EXATAMENTCHY

O discurso é o lugar onde se pode, além de analisar a relação entre língua e ideologia, compreender como os efeitos de sentidos são produzidos e instaurados. Analisar por meio de quais mecanismos podemos resgatar como e porquê determinados sentidos são (re)produzidos desta e não de outra maneira.

Nossos objetivos primordiais, nesta pesquisa, foram compreender em quais formações discursivas e ideológicas o discurso da CGN se inscreve, da mesma forma que foi uma preocupação nossa dar conta de analisar as formações imaginárias da travesti pelo portal de informação.

Em apenas uma notícia, das vinte e seis, tivemos acesso à voz da travesti para termos condições de perceber as formações imaginárias de si mesma, enquanto sujeito que é visto e dito pela sociedade como agressiva, como usuária de drogas e álcool; como um sujeito que pode ser tratado feito lixo e que precisa, por conta própria, defender-se; e como ela nega toda essa formação imaginária sobre si. Esse fato aponta para um aspecto do funcionamento do discurso da CGN, um discurso que não permite que se fale de si, apenas do outro, como um discurso autoritário.

E do outro, a CGN fala, muito, mas não *muito bem*. As formações imaginárias sobre as travestis em Cascavel apontam para sua aproximação com a criminalidade, com a violência, com a periculosidade, com a agressividade, com a prostituição, com a marginalidade e de um (não)lugar social ou de um lugar de desajuste social. Esse desajuste social é discursivizado, esse desajuste é posto na língua, demonstrando a inserção do ideológico na língua.

Ainda no que se refere ao discurso do portal de informação, percebemos outro aspecto do discurso da CGN: a forma de marcar o (não)lugar da travesti, seja na marcação de seu gênero, seja quando ela comete crimes, quando é vítima de uma agressão ou, ainda, em relação ao nome social.

Com base no quadro de denominações (seção 4.2 deste trabalho) podemos indicar as FDs que o discurso da CGN se inscreve, para posteriormente compreender qual FI esse discurso evidencia. Por meio das equações linguísticas, por exemplo, da travesti = crime = presença da polícia

(SD(10)) podemos perceber como os sentidos são naturalizados que onde há travesti há: crime, prostituição, marginalidade e polícia.

Focando no discurso da CGN, há a inscrição inicial em duas FDs que se contrapõem mas que, por suas fronteiras porosas, denunciam a existência de outra(s). A primeira FD é aquela que não reconhece as travestis como mulheres, mediante a afirmativa de que travestis são homens, diferenciando-as das demais mulheres ou garotas de programa. A segunda FD é aquela que, na contramão, não reconhece as travestis como homens. O contraponto destas duas FDs nos leva à curiosidade de entender a razão das travestis serem separadas do grupo de mulheres ou de homens, mesmo quando estão na mesma situação de trabalho: a prostituição.

Essas duas FDs, enquanto se negam, evidenciam uma FD de que a travesti “engana”, que a travesti é o espaço da desordem e, possivelmente, de um gênero que nem a língua nem a sociedade deram conta de nominar, tampouco discursivizar.

Outra FD que emerge na análise do discurso da CGN é aquela que entende o gênero como uma continuação lógica do sexo biológico e, por essa razão, vai ao encontro da FD que defende as travestis como homens e que fará uso dos artigos, substantivos e adjetivos masculinos para referenciá-las. Mas podemos afirmar que, talvez, as travestis, no discurso da CGN, sejam mais mulheres do que homens, ainda que não sejam totalmente mulheres, pois uma travesti e um homem podem ser ‘um casal’.

As denominações utilizadas fazem emergir possíveis efeitos de sentidos dentro das FDs que podem ser outros em outras FDs. Isto é, se tomarmos o termo liberdade, por exemplo, dentro de uma FD, ele pode produzir determinados efeitos de sentido que não serão produzidos em outra FD. Dentro de uma FD comunista, por exemplo, liberdade produz determinados efeitos de sentido como de que todos são igualmente livres; no entanto, dentro de uma FD capitalista, liberdade produz outros efeitos de sentido, de que são mais livres aqueles que possuem maior poder econômico em detrimento daqueles que possuem menor poder econômico. Dessa forma, dentro de uma FD, travesti pode produzir alguns efeitos de sentido e em outra FD pode produzir outros.

A denominação travesti, dentro do discurso da CGN, se inscreve numa FD que nega os gêneros conhecidos (e socialmente aceitos na sociedade dentro

da heteronormatividade e da ordem binária), e indica para um gênero híbrido, passível da utilização do pronome feminino para referenciar um artigo masculino e vice e versa. Uma FD de um terceiro gênero.

À travesti, os espaços, tanto na sociedade quanto na língua, são restritos. Ela não pode frequentar livremente casas noturnas, assim como a denominação não costuma ser discursivizada sem que a ela não estejam colados efeitos de sentidos que a releguem ao espaço da marginalidade. Essa marginalidade vai ser usada pela CGN para a grande maioria das notícias que envolvem as travestis. Naquela minoria em que as travestis não são as criminosas, agressivas e violentas, o discurso da CGN retrata as situações em um processo discursivo que induz que a vítima é a responsável por sua própria agressão, seja perto do Estádio, seja na calçada ou na esquina. No discurso da CGN, a travesti se põe em perigo constante e, por essa razão, é vulnerável e pode ser agredida. Um dos efeitos de sentido que emerge no discurso da CGN legitima a agressão à travesti.

Quanto ao nome social, a CGN encontra formas e mecanismos de negar a identidade social da travesti. Um dos principais mecanismos é o uso do trecho “conhecido como”, que, em outras notícias, é usado para indicar apelidos de criminosos. Esse recurso nega o caráter identitário das travestis, como se suas identidades fossem fantasias e informais. O único momento em que a CGN respeita a identidade social da travesti é mediante à imposição judicial de uma travesti que conquista o direito legal de mudança de nome, mas a CGN precisa, incansavelmente, marcar a desordem e o desajuste da travesti: ela revela o sexo biológico.

Nesse sentido, percebemos a presença de, pelo menos, quatro FDs no discurso da CGN. Uma que entende o gênero da travesti como concomitante a seu sexo biológico, que aponta para uma segunda FD que indica a travesti como homens e não mulheres. Uma terceira FD que nega a travesti como homens. Outra que nega os dois gêneros (masculino e feminino) e aponta para um terceiro gênero.

Essas quatro FDs, ou seja, modos de dizer, materializam no discurso o mesmo modo de pensar, isto é, a mesma FI: As travestis são um desajuste social. Onde há travesti há policial, há crime, há acidente, há facada, há, (não tão) curiosamente, homem casado.

Por fim, concluímos que a forma como discurso da CGN manipula a linguagem a favor da FI em que se inscreve mostra o (não)lugar social da travesti, evidenciando uma suposta essência generalizadora da travesti como desajustada e que o problema está nela, um discurso diferente do veiculado pela Resolução SESA 188/2010, de 08 de março de 2010. Com esta pesquisa, apostamos na maior produção de pesquisas com essa temática, não somente para os estudos da Análise do Discurso no Brasil, mas, também, para os estudos de gênero, em especial das travestis.

Nossa aposta se pauta na esperança de que, algum dia, possamos ter acesso a uma veiculação de informação que abranja as travestis de forma, ainda que rápida, realmente abrangente e acessível, que a notícia em tempo real do maior portal de informação em vídeo de Cascavel possa encontrar um meio de discursivizar as travestis respeitando seu gênero, nomes e suas identidades sociais e sexuais.

## REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, (19): 25-42, jul/dez. 1990. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/3012/4095>> acesso em 15 de ago. de 2016.

BENTO, B. A. M. **O que é transexualidade?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

BRASIL, Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Brasília, 1o de outubro de 2003; 182o da Independência e 115o da República.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: o feminino e a subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAETANO, R. Formações imaginárias presentes no discurso de psíquicos em estados de psicoses. In: **IV Congresso Nacional de Linguística e Filologia**, 2000, Rio de Janeiro. Livro de Resumos do IV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2000. p. 43-43.

CARDOSO, G. M. Mitos e crenças sexuais: uma questão cultural In: **Comportamento Sexual: uma questão cultural**. Cardoso, G. M. (org.); Lazzarotto, E. M.; Varez, S. C.; Grubhofer, K. Cascavel: Coluna do Saber, 2005.

CERVI, T. M. D. Transexualidade, redesignação sexual e o livre desdobramento da personalidade. In: **Revista Jurídica Cesumar – Mestrado**. Maringá: Unicesumar. v. 9, n. 2, p. 487-503, jul/dez, 2009.

CGN. **Homem é abandonado amarrado e tem o carro roubado**. Cascavel, 2012. Disponível: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/35396/homem-e-abandonado-amarrado-e-tem-o-carro-roubado>> acesso 15 de mar. de 2016.

CGN. **Mulher perde R\$ 1 mil em golpe do bilhete premiado**. Cascavel, 2012. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/24395/mulher-perde-r-1-mil-em-golpe-do-bilhete-premiado>> acesso em 15 de mar. de 2016.

CGN. **Travesti fere rosto de homem com canivete no centro**, Cascavel, 2012. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/25617/travesti-fere-rosto-de-homem-com-canivete-no-centro>> acesso em 15 de mar. de 2016.

CGN. **Confusão com travesti vira caso de polícia**. Cascavel, 2013. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/95570/confusao-com-travesti-vira-caso-de-policia>> acesso em 15 de mar. de 2016.

CGN. **Grave acidente termina com duas mortes**. Cascavel, 2013. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/59036/grave-acidente-termina-com-duas-mortes>> acesso em 15 de mar. de 2016.

CGN. **Mulher é agredida no Bairro Brasília**. Cascavel, 2013. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/51014/mulher-e-agredida-no-bairro-brasilia>> acesso em 15 de mar. de 2016.

CGN. **Travesti chama PM para tentar receber de cliente**. Cascavel, 2013. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/66921/travesti-chama-pm-para-tentar-receber-de-cliente>> acesso em 15 de mar. de 2016.

CGN. **Travesti é ferido com pedrada**. Cascavel, 2013. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/72851/travesti-e-ferido-com-pedrada> > acesso em 15 de mar. de 2016.

CGN. **Travestis são barrados para entrar em casa noturna**. Cascavel, 2013. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/46661/travestis-sao-barrados-para-entrar-em-casa-noturna>> acesso em 15 de mar. de 2016.

CGN. **Travestis são presos suspeitos de roubar casal**. Cascavel, 2013. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/52347/travestis-sao-presos-suspeitos-de-roubar-casal>> acesso em 15 de mar. de 2016.

CGN. **Acusada de explorar travestis segue presa**. Cascavel, 2014.. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/92091/acusada-de-explorar-travestis-segue-presa>> acesso em 15 de mar. de 2016.

CGN. **Acusado de esfaquear travesti é apreendido**. Cascavel, 2014..

Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/82827/acusado-de-esfaquear-travesti-e-apreendido>> acesso em 15 de mar. de 2016.

CGN. **Briga com travesti no motel termina em danos.** Cascavel, 2014. Disponível em <<http://cgn.uol.com.br/noticia/86701/briga-com-travesti-no-motel-termina-em-danos>> acesso em 15 de mar. de 2016.

CGN, **Confusão com travesti vira caso de polícia.** Cascavel, 2014. Disponível em <<http://cgn.uol.com.br/noticia/95570/confusao-com-travesti-vira-caso-de-policia>> acesso em 15 de mar. de 2016.

CGN, **Homem é agredido por travestis.** Cascavel, 2014. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/114951/homem-e-agredido-por-travestis>> acesso em 15 de mar. de 2016.

CGN. **Homem morre dentro do carro no Alto Alegre.** Cascavel, 2014. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/77630/homem-morre-dentro-do-carro-no-alto-alegre>> acesso em 15 de mar. de 2016.

CGN. **PM atende confusão entre travesti e cliente.** Cascavel, 2014. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/89913/pm-atende-confusao-entre-travesti-e-cliente>> acesso em 15 de mar. de 2016.

CGN. **Travestis acusados de tentar matar são presos.** Cascavel, 2014. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/96610/travestis-acusados-de-tentar-matar-sao-presos>> acesso em 15 de mar. de 2016.

CGN. **Travesti corta mão de idoso com facão.** Cascavel, 2014. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/84703/travesti-corta-mao-de-idoso-com-facao>> acesso em 15 de mar. de 2016.

CGN. **Travesti diz que tem medo de ser morta.** Cascavel, 2014. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/82978/travesti-diz-que-tem-medo-de-ser-morta>> acesso em 15 de mar. de 2016.

CGN. **Travesti é esfaqueado pelo ex-namorado.** Cascavel, 2014.. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/82812/travesti-e-esfaqueado-pelo-ex>>

namorado> acesso em 15 de mar. de 2016.

CGN. **Travesti é esfaqueado por dois adolescentes.** Cascavel, 2014. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/102205/travesti-e-esfaqueado-por-dois-adolescentes>> acesso em 15 de mar. de 2016.

CGN. **Travesti furta camarão, picanha e filé mignon.** Cascavel, 2014. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/102045/travesti-furta-camarao-picanha-e-file-mignon>> acesso em 15 de mar. de 2016.

CGN. **Homem é agredido por travestis.** Cascavel, 2015. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/152711/homem-e-agredido-por-travestis>> acesso em 15 de mar. de 2016.

CGN. **Travestis tomam banho em lago de parque.** Cascavel, 2015. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/154172/travestis-tomam-banho-em-lago-de-parque>> acesso em 15 de mar. de 2016.

CGN. **Travesti é detida por policiais militares.** Cascavel, 2016. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/171818/travesti-e-detida-por-policiais-militares>> acesso em 15 de abr. de 2016.

DIAS, M. B. **Conversando sobre homoafetividade.** Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

DINIZ, D. Bioética e Gênero. **Revista Bioética**, Brasília, Conselho Federal de Medicina, v. 16, n. 2, p. 207-2016, jul./dez. 2008.

FAUSTO-STERLING, A. Dualismo em Duelo. Sexing the Body: Gender Politics and the Construction of Sexuality. Nova Iorque, Basic Books, 2000. In: **Cadernos Pagu (17/18)**, Trad. Plínio Dentzien; Revisão: Valter Arcanjo da Ponte. Campinas: Unicamp, 2001/02

FERRARI, A.; MEDEIROS, V. Na história de um gentílico, a tensa inscrição do ofício. In: **Revista da ANPOLL**, v. 32, p. 81-105, 2012.

FERREIRA, M. C. L.. O quadro atual da análise de discurso no Brasil. In: Freda Indursky. (Org.). **Michel Pêcheux e Análise do Discurso**: uma relação de nunca

acabar. 1aed.são carlos: editora claraluz, 2005, p. 13-22.

FRANCO, T. et al, Transgenitalização masculino / feminino: experiência do Hospital Universitário da UFRJ. In: **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, vol.37 no.6 Rio de Janeiro Nov./Dec. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-69912010000600009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-69912010000600009)> acesso em 01 de out. de 2016.

GADET, F. et al. Notas sobre a questão da linguagem e do simbólico em Psicologia. (p. 55 a 71). In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. (Trad. Pedro de Souza). 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

GARCIA, M. R. V.. Prostituição e atividades ilícitas entre travestis de baixa renda. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho (USP)**, v. 11, p. 241-256, 2008.

JESUS, J. G., **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Rio de Janeiro: Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional – EDA/FBN, 2012.

LASSEN, D. B. M.. **Efeitos de sentidos: Tentativa de contenção e deslizamento**. In: Cadernos do IL (UFRGS), v. 40, p. 73-82, 2010.

LEITES JR, J. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP. Tese de Doutorado. 233 p. 2008.

LEITES JR. J. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2011.

LOURO, G. L. **Um Corpo Estranho**. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MARTINS, I. **Por que homens procuram travestis?** Revista Época, 2008. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI4421-15228,00-POR+QUE+HOMENS+PROCURAM+TRAVESTIS.html>> acesso em

20 de set. de 2016.

MAZIÈRE, F. **Análise do discurso: história e práticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. MERONI, F. Identidade sexual e ideologia de gênero In: CERQUEIRA, E. K. (Org.) **Sexualidade, gênero e desafios bioéticos**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011.

MOREIRA, A. M. F. **Poder Regulamentar**. Jusbrasil, 2011. Disponível em <[http://www.lfg.com.br/public\\_html/article.php?story=20110118231013562](http://www.lfg.com.br/public_html/article.php?story=20110118231013562)> acesso em 29 de abr. de 2016.

MORELLI, A. M. **Conheça a hierarquia das leis brasileiras e entenda as declaradas ilegais**. Barão Gerlado: BARÃO EM FOCO, 2009.

NIKARATTY, L. O que mais me marcou na vida é ser barrada e não poder entrar nos lugares: esta é a geografia de uma travesti. In: **Geografias Malditas: corpos, sexualidade e espaços**. Joseli Maria Silva (Org.), Marcio José Ornat (Org.) e Alides Baptista Chimin Junior (Org.). Ponta Grossa: Todapalavra, 2013.

OLIVEIRA, F. Antes da chegada dos cristãos europeus, nativos norte-americanos reconheciam 5 gêneros. In: **Geledés: Instituto da mulher negra**, 2016. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/antes-da-chegada-dos-cristaos-europeus-nativos-norte-americanos-reconheciam-5-generos/>> acesso em 20 de dez. de 2016.

ORLANDI, E. P. Discurso e argumentação: um observatório do político. In: **Fórum Lingüístico**, Florianópolis, n. 1 (73-81), jul-dez, 1998.

ORLANDI, E. P. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. In: **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**. Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2005.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Resolução SESA n. 188/2010, de 08 de março de 2010. **Dispõe sobre o uso do some social de travestis nos serviços do setor da saúde**. Secretário de Estado da Saúde

Gilberto Berguino Martin. Diário Oficial do Estado do Paraná. Curitiba, 08 de março de 2010. Disponível em <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjkmmai7xbnMAhUGIZAKHVRCzUQFggnMAI&url=http%3A%2F%2Fwww.sistemas.ufrn.br%2Fshared%2FverArquivo%3FidArquivo%3D1319105%26key%3Db1d93084e66f0805e54e334382961258&usq=AFQjCNFTVPqzcVYKO9hRFBwJwYBpgvvCQw&sig2=uvjO-t9vqQLrrxUQQIPWnA> p. 39-40, acesso 30 de abr. de 2016.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, Michel. Por uma análise automática do discurso. Campinas: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. Sobre os contextos Epistemológicos da Análise do Discurso. In: (p. 283 a 294) In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. (Trad. Eni P. Orlandi). 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a.

PÊCHEUX, Michel. Aplicação dos conceitos da Linguística para a melhoria das técnicas de análise de conteúdo. (p. 203 a 226) In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. (Trad. de Carolina Rodriguez-Alcalá). 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014b.

PÊCHEUX, Michel. Metáfora e interdiscurso. (p. 151 a 161). In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. (Trad. De Eni Puccinelli Orlandi). 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014c.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: Estrutura ou Acontecimento. (Trad. Eni P. Orlandi). 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

POSSETI, F. **Você sabia? O que é lei, decreto, norma e resolução?** Vigiar – Vigilância e Saúde, 2013.

RIQUELME, F. A vida da travesti é glamour, mas também é violência em todo lugar. In: **Geografias Malditas**: corpos, sexualidade e espaços. Joseli Maria Silva (Org.), Marcio José Ornat (Org.) e Alides Baptista Chimin Junior (Org.).

Ponta Grossa: Todapalavra, 2013.

SANTOS, T. Z.; CRUZ, T. M. Os modos da transexualidade: entrelaçamentos de gênero e orientação sexual. **Poiésis**: Revista do Programa de Pós-Graduação e, Educação/Universidade do Sul de Santa Catarina. Assis, SP: Triunfal Gráfica e Editora: UNISUL, v. 8, n. 13, p. 151-162, jan./jun. 2014.

SOARES, A. S. F. **A Homossexualidade e a AIDS no Imaginário de Revistas Semanais (1985-1990)**. 2006. 238 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2006.

VENTURA, M.; BUGLIONE, S. Direito e Bioética: limites e possibilidades de um discurso não normalizador e de respeito à diversidade - breves notas sobre transexualidade. In: **VOX Amaerj**, v. 01, p. 124-151, 2006.